

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**PRIVATIZAÇÕES SOB ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO:  
Uma reflexão sobre os efeitos do fenômeno no Brasil e no México,  
1980 – 2000.**

RAFAEL MORO MULLER

Florianópolis, 2008.

RAFAEL MORO MULLER

**PRIVATIZAÇÕES SOB ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO: Uma reflexão sobre os efeitos do fenômeno no Brasil e no México, 1980 – 2000.**

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador:** Helton R. Ouriques

Florianópolis, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 9 ao aluno Rafael Moro Muller na Disciplina CNM 5220 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

---

Professor Helton Ricardo Ouriques, Dr.  
Orientador

---

Professor Nildo Domingos Ouriques, Dr.

---

Professora Brena Paula Magno Fernandez, Ph. D.

*Dedico a realização deste trabalho a  
minha mãe Solange e minha madrinha  
Sônia que nunca mediram esforços para  
me proporcionar sempre o melhor.  
Também dedico às pessoas que, desde o  
início, sempre acreditaram na minha  
capacidade.*

## AGRADECIMENTOS

Talvez redigir estes agradecimentos seja uma tarefa mais árdua a propriamente ter desenvolvido este trabalho, pois aqui esquecer um amigo ou um colega que tenha, de alguma forma, colaborado para que eu chegasse a este ponto significaria cometer uma grande injustiça que não seria apagada mesmo que este fosse o melhor dos trabalhos.

Faço questão de agradecer todas as pessoas que participaram de algum modo da minha educação. Para abreviar a lista e evitar injustiças, gostaria de agradecer então aos meus primeiros professores do Alberto Pasqualini e Vicente Dutra, estes mesmo com uma breve passagem, pude perceber naqueles profissionais o amor e o valor dados à educação pública de qualidade. Aos técnicos dos times do Olympia e Rubinense, que sem dúvida colaboraram para minha formação. Não posso deixar de mencionar os amigos que deixei em Júlio de Castilhos, estes deixaram saudades, Juliana, Felipe (Fila), Lisandro, Bruno, Lander, Rubiara, Miriane entre outros tantos, obrigado por todos os bons momentos que marcaram nossa infância.

Minha eterna gratidão com a madrinha Sônia que me acolheu como mãe e proporcionou a fundamental mudança da minha vida.

Não posso deixar de agradecer aos professores e colegas do Instituto Estadual de Educação e aos primeiros amigos, do Baía do Sol, que fiz em Florianópolis: Digo, Dudu, Dedé, Serginho, Paty, Jú, Neguinho e Fábio (*in memoriam*). Aos grandes amigos que fiz na ETEFSC Chico, Diego, Juliano Santana, Juliano e Fernando Balen, Hugo, Luiz, Felipe, Leandro e Sabrina, Leonardo, Rafael e Thiago, tenho orgulho de tê-los como Amigos!

Meus agradecimentos a Universidade Federal de Santa Catarina, servidores, professores, colegas e tudo mais que ela proporcionou realizar e conquistar. Em especial aos amigos André, Jair, Rodrigo, Fábio Padua, Maria Antonieta, Edivânia e Wagner, Matheus, Leandro e todos os demais que não me faltam a memória só não estão aqui pelas limitações do espaço. Ao Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo, meu obrigado pelo suporte, motivação e aprendizado. Agradeço ao Professor Pedro Vieira, pelo carinho, sabedoria de seus argumentos e, sobretudo, a oportunidade a mim dada de participar do grupo de pesquisa. Ao Professor Helton o reconhecimento pela amizade, a orientação deste trabalho e a qualidade de seu trabalho transmitida com muita dedicação nas disciplinas ministradas. A Professora Elizabete, um fraternal agradecimento pela oportunidade de ter sido bolsista do NISPE por quase dois anos, isso realmente foi o diferencial da minha formação acadêmica. Meus agradecimentos também ao Professor Nildo, que ensinou desafiando os limites do meu

conhecimento e ao mesmo tempo me atentou à importância do posicionamento crítico do economista diante da realidade.

Aos colegas e amigos da Fenícia Assessoria e Comércio Exterior, obrigado pela oportunidade de aprender todos os dias em um ambiente profissional e amigável.

Em especial agradeço ao Toni, Tela, Gabi, Rafa e família, vocês são um exemplo para mim. A Carol, minha maior amiga, companheira. Não tenho palavras para agradecê-la. Não fosse por seu apoio e incentivo, tenho plena certeza, não teria vencido e hoje seria menos feliz. Obrigado por ter aparecido e passado em minha vida!

A minha família, a todos um singelo obrigado por todo suporte, espero um dia corresponder à altura. Ao meu tio Miguel e Mariangela, com carinho, obrigado pela grande oportunidade dada de viajar e onde percebi que posso sim, ser maior que meu sonho. Mas em particular agradeço a minha avó Ivone, que sempre esteve presente quando precisamos. A minha mãe e irmã, um eterno agradecimento que não cabe aqui em palavras.

A todos mais, que de alguma forma fizeram e fazem parte desta caminhada e me auxiliaram de algum modo a crescer como pessoa e chegar aqui. Seja pelos menores gestos de apoio, como lendo os rascunhos deste trabalho, com carinho, muito obrigado!

## **RESUMO**

O objetivo desta monografia é compreender o fenômeno das privatizações no Brasil e no México utilizando-se da Análise dos Sistemas-Mundo. Isto significa debruçar-se sobre tal fenômeno em uma perspectiva sistêmica e histórica de longa duração. Neste sentido a análise temporal e espacial torna-se indispensável. O argumento central deste trabalho é que as privatizações ocorridas nestes Estados foram parte de uma estratégia política de manutenção e ampliação de poder, principalmente por parte dos Estados centrais em relação aos demais Estados, via expansão das corporações transnacionais, apropriação dos direitos exploratórios dos recursos naturais e aprofundamento das desigualdades oriundas da divisão internacional do trabalho. Estes argumentos buscam transcender a forma com que as privatizações são freqüentemente analisadas, isto é, como meras políticas de transferência de propriedade e realocação de recursos econômicos. A partir de dados macroeconômicos como balança comercial de bens e serviços, dívida total dos Estados, PIB per capita, entre outros, os resultados obtidos foram que realmente essas políticas colaboraram, no sentido que aceleraram, o aprofundamento da distância entre o centro e a periferia do sistema-mundo capitalista nos últimos anos.

**Palavras-Chave:** Privatizações, Brasil, México, Sistemas-Mundo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dívida Externa Total: México e Brasil (1970 – 2000).....	53
Figura 2: Balança comercial mexicana de bens e serviços (1987 – 2003).....	55
Figura 3: Taxa de Câmbio Peso mexicano / dólares americanos (1991 – 2004).....	55
Figura 4: Balança comercial brasileira de bens e serviços (1987 – 2003) .....	56
Figura 5: Taxa de Câmbio Reais / Dólares americanos (1994 – 2004).....	56
Figura 6: Investimento Externo Direto no México: entrada e saída de capitais (1980 – 2000)	58
Figura 7: Investimento Externo Direto no Brasil: entrada e saída de capitais (1980 – 2006)..	59
Figura 8: Comparação entre o PIB per Capita: Estados Unidos, México e Brasil (1980 – 2000) .....	61

## Sumário

RESUMO .....	7
LISTA DE FIGURAS .....	8
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO .....	10
1.1 Problemática da mudança do padrão de acumulação e a ascensão das privatizações .....	10
1.2 Objetivos .....	15
1.2.1 Objetivo Geral .....	15
1.2.2 Objetivos Específicos .....	15
1.3 Metodologia .....	16
1.4 Marco Teórico.....	18
CAPÍTULO 2 – ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÃO EM PERSPECTIVA TEÓRICA.....	25
2.1 Introdução .....	25
2.2 A emergência do pensamento neoliberal .....	25
2.3 Privatizações pelo pensamento neoliberal .....	28
2.4 Privatizações pelo pensamento chomskyano.....	30
2.5 Privatizações pelo pensamento marxista .....	32
CAPÍTULO 3 – EVOLUÇÃO DO MODELO ESTATAL BRASILEIRO E MEXICANO, 1900 – 2000. ....	37
3.1 Panorama econômico brasileiro e mexicano, 1900 a 1930.....	37
3.2 Reestruturação econômica do México pós-30 até 1980 .....	39
3.3 Privatizações no México, 1982 - 1999.....	41
3.4 Reestruturação econômica no Brasil pós-1930 até 1980.....	43
3.5 As privatizações no Brasil, 1980 - 1999 .....	46
3.6 Comparativo dos processos de privatizações entre México e Brasil:.....	49
CAPÍTULO 4 – INFLUÊNCIA DAS PRIVATIZAÇÕES SOBRE INDICADORES MACROECONÔMICOS .....	52
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	63
REFERÊNCIAS .....	66



## **CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO**

### **1.1 Problemática da mudança do padrão de acumulação e a ascensão das privatizações**

Nos anos 70 observou-se uma profunda guinada nas políticas econômicas praticadas pelos Estados do sistema mundial capitalista derivada da respectiva crise do sistema de acumulação fordista-keynesiano, que ditou o ritmo da economia-mundo capitalista depois da segunda guerra mundial. Essa recessão fez com que os Estados dominantes revisassem suas estratégias políticas e, conseqüentemente, as de acumulação de capital, transferindo o ônus da crise aos países periféricos, principalmente à América Latina.

A consolidação do fim da fase de expansão material, seguida das sucessivas crises do petróleo e a escassez financeira no centro da economia-mundo, fez com que os Estados Unidos colocasse em prática uma rígida política de regulação sobre finanças mundiais. Estas por conseguinte, transformaram-se num poderoso artifício de busca e manutenção interna e externa de poder (ARRIGHI, 1996). Paralelamente ao longo da mesma década o sistema assiste a ascensão das proposições ideológicas defendida por Reagan e Thatcher do Estado neoliberal, sob os argumentos de que o Estado de bem-estar ou populistas, com seus excessivos gastos e interferências na economia, eram os responsáveis pela crise econômica mundial bem como a pobreza e o atraso visto na periferia.

Diante deste quadro conjuntural do sistema mundial, o pensamento conservador presente nos Estados Unidos e na Europa assume um papel fundamental na influência ideológica e política.

[...] the advocates of the neoliberal way now occupy positions of considerable influence in education (universities and many “think tank”), in the media, in corporate boardrooms and financial institutions, in key state institutions (treasury departments, the central banks), and also in those international institutions such as the International Monetary Fund (FMI), World Bank, and the World Trade Organizations (OMC). (HARVEY, 1995.p.3)

Instalado nos altos cargos governamentais, corporativos, científicos e midiáticos os disseminadores do novo ideário político passaram a forjar a nova fase do sistema onde o capitalismo de mercado tornou-se a nova estratégia para a manutenção de acumulação de capital e poder. Isso se deu pela captura dos ideais de liberdade individual em lugar do

intervencionismo e as práticas regulatórias do capitalismo estatal. Ou seja, o Estado centralizador passou a ser visto como problema, e a nova economia desregulamentada tornou-se a saída para a recessão e o baixo crescimento do centro e ao mesmo tempo um discurso em nome da superação do atraso econômico na periferia.

A “proposta” neoliberal feita aos Estados periféricos, em especial à América Latina é acolhida sob a sustentação de governos autoritários<sup>1</sup>, como foi o caso do Chile com Pinochet, que impediam qualquer contestação ideológica, política e cultural, e sobretudo, aceita como condicionante à captação de recursos disponibilizados pelas instituições financeiras internacionais.

Neste contexto, a “nova direita” ascende fortemente influenciada pelo pensamento da escola austríaca, a escola de Chicago e também pela corrente dos novos clássicos, apresentando como proposta a esta conjuntura o modelo de Estado neoliberal indicado, sobretudo aos países periféricos os quais eram tidos como os grandes responsáveis pela crise mundial.

A formalização dessa ideologia política ocorreu com o consubstanciamento do Consenso de Washington em 1989 formulado por intelectuais e políticos em conjunto com o FMI e o Banco Mundial, cujo objetivo era a formulação de uma pauta de políticas a serem adotadas pelos Estados periféricos com vistas à reestruturação econômica em amplitude continental, entenda-se América Latina.

De acordo com a abordagem de Washington as causas da crise latino-americana são basicamente duas: a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor público quanto do setor privado. (BRESSER, 1991.p.6)

Em meio a este “receituário”, as privatizações surgem como sugestão aos Estados endividados como forma de combate à crise, sendo tal política atrelada ao fim de controlar o crescimento estatal, isto é, minimizá-lo; e ao mesmo tempo aumentaria a eficiência do mercado pela realocação dos recursos existentes, ou seja, o capital seria realocado em setores que proporcionassem um retorno financeiro maior. Então a partir disso é que Estados como, por exemplo, Brasil e México teriam condições de honrar suas obrigações e ao mesmo tempo

---

<sup>1</sup> Segundo HARVEY (1995), a ascensão dos regimes ditatórias nas décadas de 60 e 70 foram sobretudo apoiados pelos Estados Unidos e foram fundamentais para a consolidação do projeto neoliberal.

diminuir a distância na hierarquia interestatal em relação ao centro e semi-periferia, ou seja, poderiam chegar ao prometido patamar dos Estados desenvolvidos.

Com relação às desestatizações, Shidlo (1990) descreve esta política como um programa de ações com os fins de alterar a relação entre o setor público e o setor privado. O autor fez três apontamentos sobre o termo:

a) a primeira colocação do termo privatização, pode-se dizer que é a mais trivial, faz menção as mudanças da titularidade de uma empresa ou companhia, ou seja, trata-se da mudança da propriedade da empresa do setor público para o privado, sendo esta transação feita pela compra dessa via mercado de capitais ou, como ocorrido nos casos latino-americanos, pela compra das empresas como entidade completa;

b) o segundo modo de privatização existente trata-se da liberalização ou desregularização dos mercados internos. Neste caso o governo se compromete em eliminar restrições à entrada de novas empresas no mercado e assim abrir a concorrência. Apesar de não haver transferência de propriedade como a anterior esta é considerada uma variante de privatização;

c) o terceiro meio de privatizações é identificado em casos conhecidos como a terceirização dos serviços públicos, pois neste tipo ocorre a transferência da responsabilidade do setor público para o setor privado de um determinado serviço ou fornecimento, ou seja, ocorre a concessão de direitos.

Referente a política acima descrita, observa-se tanto no meio político como acadêmico que há muita discrepância nas interpretações sobre o que vem a ser o fenômeno das privatizações, e estes diferentes pontos de vista podem vir a causarem impeditivos a qualquer tipo de reflexão que se pretenda fazer sobre o assunto. Isso fica evidente em três abordagens distintas, uma da revista “Texto para Discussões” do BNDES, no artigo “A economia política das políticas públicas: fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/1994”; o Banco que foi responsável pela execução de tais políticas naquele período ressalta que:

[...] apesar da forte corrente neoliberal, não havia um consenso na sociedade brasileira, no período Sarney, sobre uma mudança do papel desenvolvimentista do Estado <se quer a classe empresarial tinha tal consenso, então esta política> [...] tratava-se de uma reorientação pragmática deste Banco, que entendia a privatização como um meio de fortalecer uma intervenção desenvolvimentista em setores outros situados na ponta do desenvolvimento tecnológico. Em outras palavras, o BNDES estaria buscando uma reciclagem alocativa de seus recursos (VELASCO Jr.1997.p.9-10).

Esta passagem evidencia a grande influência do mercado sobre as decisões políticas estatais, que além de não possuir um posicionamento sobre o futuro de seu próprio papel, tinha como intuito na aplicação de tais políticas o próprio discurso do mercado, ou seja, as ações privatizantes objetivavam meras alocações de recursos na economia.

Por outro lado, a visão de Aloysio Biondi (1999, 2000) é explícita no título de sua obra “O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado” e o “Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua”. Onde o autor enfatiza, entre outros argumentos, as condições que se deram os processos de privatização no Brasil e através dessas políticas como as transnacionais e os capitais estrangeiros se beneficiaram em nome do mito do desenvolvimento.

Numa terceira abordagem, Taimoon Stewart (1995) faz uma crítica aos debates em torno da temática da privatização sob argumentação de tais debates serem ahistóricos, ou seja, não consideram as condições históricas e sistêmicas que conduziram os Estados a praticarem tal política. Segundo a autora esta prática tem relação com os períodos em que os Estados periféricos estão endividados e a economia-mundial encontra-se na fase b do ciclo de Kondratieff. Ou seja, a autora propõe analisar as privatizações utilizando-se de uma metodologia histórica e sistêmica conferindo as privatizações componentes de processo global de reestruturação econômica que, no caso dos Estados periféricos este processo representa em grande parte a desnacionalização das empresas. Assim, portanto as desestatizações não podem ser entendidas como um simples componente existente nas políticas de liberalização econômica.

Com base, portanto neste levantamento bibliográfico, busca-se entender o que representam as privatizações à perspectiva Analítica dos Sistemas-Mundo, pois como se observou nesta revisão literária ficou evidente a carência de uma reflexão desde processo em torno de uma perspectiva macro-analítica, isto é, compreender as desestatizações no Brasil e no México em uma perspectiva histórica e sistêmica e as implicações desta com relação às possibilidades de ambos Estados frente à pirâmide interestatal.

Portanto, a justificativa desta pesquisa está ancorada em duas questões: a primeira é a temporal, ou seja, histórica, através desta análise tem-se a possibilidade de identificar os motivos pelos quais Brasil e México foram conduzidos a vender suas companhias sendo algumas dessas pertencentes a setores estratégicos como, por exemplo, o setor energético, e o extrativo mineral. E a segunda questão é relativa a reflexão espacial, pois esta permite identificar relações ou influências que o centro exerce sobre a periferia da economia-mundo

ao que tange a forma de condução de tal política e ao mesmo tempo as conseqüências frente a divisão internacional do trabalho e a exploração dos recursos naturais.

## 1.2 Objetivos

### 1.2.1 Objetivo Geral

Refletir acerca do fenômeno das privatizações no Brasil e no México de modo a compreendê-lo no tempo e no espaço sob a Análise dos Sistemas-Mundo.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar os conceitos de privatização segundo o pensamento neoclássico, chomskyano e o marxista;
- Fazer uma retrospectiva histórica da construção do Estado desenvolvimentista brasileiro e mexicano;
- Apresentar em que condições políticas e econômicas ocorreram a ascensão do Estado neoliberal no Brasil e no México, por consequência, como ocorreram as privatizações e que setores foram desestatizados nos respectivos Estados;
- Verificar os resultados obtidos com as desestatizações no Brasil e México analisando indicadores macroeconômicos como dívida total externa, entrada e saída de capitais, balança comercial de bens e serviços e PIB per capita.

### 1.3 Metodologia

Considerando problemática exposta e as pretensões deste trabalho. Faz-se necessário traçar uma via metodológica que permita um diagnóstico e interpretação dos fenômenos pesquisados pelo instrumental teórico escolhido, a Análise dos Sistemas-Mundo. Esta perspectiva foi escolhida por tratar-se de um modo de compreensão que concentra seus esforços no conhecimento histórico de longa duração para a compreensão dos problemas macro-sociológicos inerentes ao desenvolvimento do capitalismo histórico (ARRIGHI, 2003).

Desse modo busca-se lançar luz a um evento parte de uma arquitetura histórica e sistêmica. O ponto de partida desta pesquisa é a concomitante fase de expansão financeira do ciclo hegemônico norte-americano e a ascensão do neoliberalismo como pensamento político preponderante a partir de 1970. Assim, aproximando-nos de Stewart (1995) utilizar-se-á uma linha que permita a identificação de constituintes sistêmicos na ascensão desta nova fase do capitalismo histórico e que poderão, em certa medida, serem explicados a partir de contextos de mudanças conjunturais como parte da ascensão de uma das fases do ciclo sistêmico acumulação proposto por Arrighi.

Tendo o objeto delimitado, bem como o período histórico, o método comparativo torna-se uma ferramenta indispensável deste trabalho, ou seja, em outras palavras será utilizado como método de investigação da comparação histórica<sup>2</sup> proposta por Charles Tilly (1984). Este propõe quatro métodos de comparação: *individualizing comparison*, *universalizing comparison*, *variation-finding comparison* e *encompassing comparison*, que conforme Fausto e Devoto (2004) são instrumentais muito importantes para a sistematização da pesquisa, porém em muitos casos não se pode fazer comparativismo exclusivamente com um ou dois tipos, o que conduz inevitavelmente a combinação dos tipos entre si. Além disso, essa proposta analítica tende a valorizar os aspectos locais [Estados Nacionais] sem diminuir, ou excluir as influências dos processos globais.

Quanto ao primeiro método de comparação *individualizing comparison*, este procura evitar as generalizações dos casos estudados, ou seja, permite que sejam captadas as especificidades de cada fenômeno. No caso de Brasil e México, numa análise objetiva dos processos de privatizações que ocorreram os países aos quais se propõe a pesquisar puseram em prática esta recomendação vinda do centro da economia-mundo capitalista durante as

---

<sup>2</sup> Fernand Braudel (1992) ressalta a importância da comparação como uma ferramenta essencial para a compreensão dos fenômenos que ocorrem em lugares diferentes em tempos distintos.

décadas de 1980 e 1990. Assim esta comparação permite identificar, dentro de uma estrutura comum – a economia-mundo, princípios *singulares* balizadas no tempo e no espaço que, portanto, permitirão explicar as conseqüências das desestatizações em ambos Estados.

O método de *universalizing comparison*, expressa uma natureza de análise oposta a anterior. Procura observar fenômenos que seguem um padrão de evolução histórico. Isto é, dentro da proposta de análise, observa-se, por exemplo, que México e Brasil ao longo das três últimas décadas modificaram sensivelmente o padrão estatal – de Estados politicamente desenvolvimentistas a Estados de caráter regulatório com atuação minimizada no setor produtivo nacional- e como as privatizações retirou de seus respectivos controles setores estratégicos da economia. Então este método permitirá avaliar o padrão sistêmico que influenciou esta guinada do papel do Estado bem como da sua capacidade de controlar os recursos nacionais.

O terceiro método é o *variation-finding*, este procura o estabelecimento de um princípio de variação, seja em características ou em intensidade, entre os fenômenos observados. No caso desta proposta de pesquisa, busca-se verificar as diferenciações dos resultados obtidos pela adoção das mesmas políticas.

Por último, o *encompassing comparison* objetiva entender como um mesmo fenômeno que ocorre ao mesmo tempo em espaços diferentes se manifesta em relação ao todo, sendo que é este todo que governa estas partes. Por meio deste pode-se entender, por exemplo, como se explicitou, ou seja, a forma como foi “sugerida” e o modo que foram postas em prática as privatizações no Brasil e no México

Exposto o marco metodológico, cabe portanto a escolha de qual tipo de comparação ou qual combinação melhor se enquadra ao perfil da pesquisa. Quanto ao método comparativo *universalizing comparison* este até poderia ser utilizado, porém não será, pela grande abrangência que exige o *universalizing*, dada a necessidade, neste caso, de se ter como “amostra” um grande número de Estados aos quais se analisariam um mesmo fenômeno. Sendo este um esforço científico que neste momento não cabe.

Portanto, os métodos de comparativos que mais se adequam a proposta de pesquisa são o *individualizing*, a *variation-finding* e o *encompassing comparison*. Essa escolha foi feita, logicamente pela possibilidade de se analisar o fenômeno proposto e em segundo lugar, pois se acredita que cada uma delas, a *individualizing* trará os resultados que destacam a expressão das privatizações em cada Estado observado; o *variation-finding* permitirá, dentro deste mesmo fenômeno, observar quais as peculiaridades existentes em cada país são distintas nos demais, mas que advêm do mesmo processo; e por último o método de *encompassing*

*comparison* possibilitará a observação de tal política e verificar como se manifestou em relação à economia-mundo capitalista.

Por último, portanto ressalta-se que este esforço metodológico possibilitará fazer a análise temporal e espacial que se propõe na pesquisa e ao mesmo tempo permitirá uma reflexão acerca dos efeitos da adoção desta política para os países latino-americanos.

## 1.4 Marco Teórico

Nesta pesquisa utilizar-se-á a Análise dos Sistemas-Mundo (ASM) como âncora reflexiva, pois esta perspectiva fornece as lentes necessárias à compreensão dos fenômenos inseridos no tempo e no espaço. O ponto de partida da Análise dos Sistemas-Mundo está na concepção Braudeliana das longas durações<sup>3</sup> bem como sua concepção de economia, que o autor dividiu em três camadas. A primeira, uma economia auto-suficiente, denominada “vida material”. A segunda economia nesta hierarquia é a “economia de mercado”, nela estão as relações básicas existentes entre preço, oferta e demanda. A terceira e última camada é a zona do antimercado, o local onde domina a lógica incessante de acumulação de capital, nas palavras de Braudel (1995-1996), “é o verdadeiro lar do capitalismo” e, portanto, é sobre esta camada que se voltam as atenções da ASM.

A ASM surge, segundo Wallerstein, de uma necessidade de repensar as Ciências Sociais, ou seja, passar a interpretá-la de modo holístico e não da forma fracionada a qual a Ciência está habituada a refletir, acostumada a pensar e entender os mecanismos que regem os fenômenos estudados. Deste modo esta abordagem propõe a seguinte tese:

As três supostas áreas da ação humana coletiva – econômica, a política e a social ou sociocultural – não são apenas autônomas da ação social. Não têm “lógicas” separadas. Mais importante: o entrelaçamento de imposições, opções, decisões, normas e “racionalidades” é tal que nenhum modelo útil de pesquisa pode isolar “fatores” de acordo com as categorias do econômico, do político e do social e tratar apenas um tipo de variável mantendo implicitamente as outras constantes. Estamos dizendo que existe um único “conjunto de regras” ou um único “conjunto de imposições” dentro do qual essas várias estruturas operam. (WALLERSTEIN, 1999. p.453)

---

<sup>3</sup> A longa duração é “a história dos grandes acontecimentos, a história da conjuntura e das crises, e enfim, a história maciça e estrutural que evolui lentamente ao longo dos tempos” (BRAUDEL, 1987. p.8)

Neste sentido Fernand Braudel nos faz refletir acerca da interdisciplinaridade nas Ciências Sociais:

[...]desejaria que as ciências sociais, provisoriamente, cessassem de tanto discutir sobre suas fronteiras recíprocas, sobre o que é ou não a ciência social, o que é ou não é estrutura [...] Que procurem antes traçar, através de nossas pesquisas, as linhas, se existem linhas, que orientariam uma pesquisa coletiva, bem como temas que permitiriam atingir uma primeira convergência [...] Como se vê, o que nos parece indispensável para um novo salto das ciências humanas, é menos esta ou aquela tentativa particular, do que a instituição de um imenso debate geral – um debate que não será jamais encerrado, evidentemente, visto que a história das idéias, inclusive a história da história, também é um ser vivente que vive com sua vida própria, independentemente daquela dos próprios seres que a animam. Nada mais tentador, mais radicalmente impossível, que a ilusão de reduzir o social tão complexo e tão desorientado a uma só linha de explicação (BRAUDEL, 1992, p. 77-124).

Porém, esta proposta não pode ser posta em prática sem que se estabeleça a idéia de espaço e tempo onde está situado o sistema social. Para isso, a longa duração de Braudel permite debruçar os olhares à “sociedade” como um *único sistema histórico* que Wallerstein divide em três subsistemas, os mini-sistemas, impérios mundiais e economias mundiais (a qual volta-se as atenções deste trabalho).

O primeiro subsistema, os mini-sistemas, são assim denominados por serem pequenos em territórios e em existência, além disso, sua estrutura cultural e governamental é homogênea, e portanto a lógica predominante é a troca.

Já os impérios mundiais são o oposto dos anteriores, possuem uma grande estrutura política e enorme diversidade cultural. Relativo à economia, a lógica deste sistema está na tributação dos produtores, principalmente os de produtos primários.

Por último, as economias-mundiais são definidas como:

Vastas e desiguais cadeias de estruturas de produção, dissecadas por múltiplas estruturas políticas. A lógica básica é que o excedente acumulado é distribuído desigualmente em favor daqueles que são capazes de realizar vários tipos de monopólios temporários nas redes de mercado. É uma lógica capitalista. (WALLERSTEIN, 1999, p.459)

Outra definição que complementa o conceito de economia-mundo é de Fernand Braudel (1995-1996). A economia mundo é “um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”.

Segundo Wallerstein, ao longo da história, desde 8.000 a.C. até 1.500 d.C., os três sistemas sempre coexistiram, mas logicamente sempre um sistema predominava em relação aos demais, por exemplo, os mini-sistemas prevaleceram em épocas pré-agrícolas, depois, os impérios-mundo passaram a dominar a partir do momento em que incorporaram os mini-sistemas e as economias-mundo. E por último, depois de 1.500 d.C. o moderno sistema mundial se consolidou sob as bases da economia-mundo capitalista se expandindo de modo a absorver por inteiro os demais sistemas existentes no globo.

Outro aspecto essencial para o entendimento desta unidade de análise são suas três características definidoras (WALLERSTEIN, 1998). A primeira é aquela que questiona o comportamento local do Estado nacional diante de toda a estrutura do sistema-mundo. Ou seja, nesta unidade de análise o Estado nacional não é representado por uma sociedade autônoma que se desenvolve ao longo do tempo; A segunda característica definidora é a longa duração:

A larga duración es el correlativo temporal de la calidad espacial del “sistema-mundo”; refleja la insistencia en que los “sistemas-mundo” son “sistemas-históricos”, esto es, que tienen comienzos, vida y finales. Esta postura deja claro que las estructuras no son “inmóviles”, y insiste en que hay “transiciones” de un sistema histórico a su sucesor o sucesores. Es esta combinación, el espacio de un “mundo” y el tiempo de una “larga duración”, la que conforma algún sistema-mundo histórico particular (WALLERSTEIN, 1998. p. 289).

Por último, o terceiro elemento desta unidade de análise dos sistemas-mundo é o sistema em particular, ou seja, é o elemento que justifica a negação do primeiro tópico e que está inserido dentro da lógica da temporalidade da longa duração de começo, vida e declínio de um sistema, que neste caso é a economia-mundo capitalista. Esta por sua vez possui algumas características particulares como a acumulação incessante de capital, divisão axial do trabalho, onde é evidente a troca desigual entre centro e periferia, e existência de uma massa de mão-de-obra não assalariada em contraponto a uma assalariada, a existência de Estados hegemônicos no sistema, a existência de movimentos anti-sistêmicos que segundo Wallerstein debilitam e ao mesmo tempo reforçam o sistema e por fim, a identificação de um padrão cíclico no sistema que “encarna las contradicciones inherentes al sistema y que explica la crisis sistémica que supuestamente vivimos en la actualidad” (Op. Cit.,p.290).

Ao que tange à existência da economia-mundo capitalista, esta se expressa pelas cadeias mercantis que transpõem os diversos Estados nacionais, conferindo as características da economia-mundo, que segundo Braudel (1995-1996) são: a) os limites que contornam e

dão-lhe sentido; b) a existência de um centro, o *locus* de uma cidade ou Estado e de um capitalismo que dominam os demais integrantes do sistema; e c) o espaço é hierarquizado, seja pelo domínio de uma região sobre a outra, ou também pela divisão internacional do trabalho.

Observando atentamente as definições e relações existentes na economia-mundo capitalista tem-se então: a) que esta é composta por uma complexa cadeia mercantil que atravessa um sistema de múltiplos Estados nacionais ou sistema interestatal, onde na dinâmica das cadeias mercantis há o predomínio da troca desigual, que por sua vez é um dos fatores que configuram a existência de um centro, semiperiferia e periferia desse sistema; e b) No sistema interestatal nota-se a ocorrência de múltiplos Estados, onde há existência de uma relação de poder entre eles e por sua vez o predomínio de um Estado hegemônico no sistema.

Especificamente sobre a dinâmica das cadeias mercantis, está é caracterizada na economia-mundo capitalista por constituir uma única divisão técnica do trabalho que se distribui, não de forma aleatória, nos diversos Estados nacionais que compõem tal sistema. Cada *locus* dessa cadeia é chamado de nódulo e esses apresentam lucratividades distintas entre si caracterizando a existência de trocas desiguais. Assim pode-se afirmar então a existência de uma hierarquia nas cadeias mercantis, pois regiões que acumulam mais capital automaticamente passam a concentrar maior poder em relação as demais regiões. Porém como destacado do início do parágrafo, essas relações comerciais são dinâmicas, ou seja, ocorre uma constante disputa principalmente entre as regiões detentoras dos nódulos mais lucrativos da cadeia, pelo monopólio desses que, por conseguinte, conduzem a alterações nas relações de lucratividade e poder entre as respectivas regiões.

Os rumos geográficos das cadeias de mercadorias não foram casuais. Se todas estivessem marcadas em mapas, poderíamos notar que sua forma é centrípeta. Seus pontos de origem foram múltiplos, mas seus pontos de destino tenderam a convergir para poucas áreas. Isso quer dizer, que tenderam a se mover das periferias para os centros ou núcleos da economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1985.p.25).

Esse mecanismo de convergência dos lucros só é possível porque existe ao longo das cadeias de mercadorias um grau de especialização do trabalho desigualmente distribuído e administrado por capitalistas com alto poder de influência<sup>4</sup> na determinação dos preços e

---

<sup>4</sup> Segundo Wallerstein (1985) essa influencia é expressa na manipulação da oferta e demanda pela coerção monopolística e também pela integração vertical das cadeias mercantis.

também pelo mecanismo de ocultação dessa desigualdade encontrado na estrutura, que é a separação aparente entre a área econômica [divisão social do trabalho mundial, com processos produtivos integrados, todos operando para a interminável acumulação de capital] e a área política [os Estados Nacionais]” (Op. Cit.,p.26).

Portanto, essa dinâmica, que produz a troca desigual se expressa pela segregação econômica entre as regiões, denominadas centro, semi-periferia e periferia da economia-mundo capitalista.

Quanto ao sistema interestatal que compõe este sistema mundial, conforme já citado, é formado por múltiplos Estados nacionais soberanos<sup>5</sup>, que por vez, estão inclusos em um sistema dinâmico - estruturado de modo não aleatório, tal qual ao das relações intercapitalistas - que conduz a composição de uma relação interestatal hierarquizada, onde necessariamente um Estado se sobressai em relação aos demais. Essa “vantagem” que um Estado possui sobre os demais se denomina hegemonia estatal, definida como:

À capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas [...] Esse poder é algo maior e diferente da “dominação” pura e simples. É poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da “liderança intelectual e moral”, [...] o poder como uma combinação de consentimento e coerção. A coerção implica o uso da força ou uma ameaça de força digna de crédito; o consentimento implica a liderança moral (ARRIGHI, 1996. p. 27-28).

O conceito de hegemonia adaptado ao sistema interestatal é alcançado por um determinado Estado quando este consegue legitimar seu poder primeiro perante aos seus cidadãos, e segundo e mais importante, legitimar esse poder diante dos demais integrantes do sistema interestatal (ARRIGHI, 1996). Essa constante disputa interestatal pela hegemonia mundial conforma certa hierarquia no sistema que é mantida ou alterada de acordo com o poder efetivo de cada Estado, e também sua capacidade de acumulação de capital ao longo do tempo.

Portanto observa-se que o sistema mundial capitalista formou-se, e até hoje se dinamiza através da organização e concorrência conjunta das relações intercapitalista e interestatais. Sendo que para a formação e o fortalecimento, ambos, em algum momento se uniram, tanto para a formação dos Estados nacionais, quando detentores de poder regionais

---

<sup>5</sup> Cada Estado é soberano, porém esta é relativa. Cada unidade estatal possui soberania sobre seu território, seu espaço geográfico, mas esta se torna relativa quando consideramos todo o sistema interestatal onde o poder de coerção e políticos são diferentes entre os componentes desse sistema.

aliaram-se a capitalistas, quanto para a consolidação do sistema capitalista, quando o Estado surge como a principal alavanca de acumulo de capital via ajustes políticos e criação das estruturas necessárias para a realização institucional do capitalismo histórico (WALLERSTEIN, 1985).

Conforme dito, esta perspectiva de análise não pode ser adotada sem a noção exata do espaço e tempo. Assim toda a exposição feita remete a questão espacial, isto é, foram expostos todos os componentes que engendram a economia-mundo capitalista. Portanto, o que será exposto daqui em diante refere-se a análise temporal da teoria, a idéia de Arrighi de Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA) e suas fases de expansão material, expansão financeira e crise.

Para Arrighi (1996) formulação dos CSA deriva essencialmente das características intrínsecas ao capitalismo histórico e sua longa duração que são as formas flexíveis e ecléticas que o capital pode assumir. Isso significa que ao longo do tempo os meios de acumulação de capital foram se especializando e simultaneamente se adaptando, por conseqüência, sempre se deslocando para as atividades mais rentáveis.

A constituição deste é entendida através da fórmula geral de Karl Marx para o capital – DMD’: onde o (D) dinheiro é interpretado, segundo Arrighi, como flexibilidade e liberdade; a mercadoria (M) resultado da combinação força de trabalho e matéria-prima, significa rigidez e poucas alternativas; e D’ representa a ampliação de D’, ou seja, é uma ampliação da flexibilidade e da liberdade de escolha futura.

Ao longo do capitalismo histórico, sempre existiram fases de alternância nas formas dos agentes capitalistas investirem. As fases de expansão material simbolizam períodos onde os maiores lucros obtidos advêm dos investimentos na indústria, ou seja, na produção. Ocorre que a longo prazo, com o aumento da concorrência intercapitalista a taxa de lucro desse setor tende a cair, promovendo aos poucos um deslocamento das aplicações do setor produtivo para o setor financeiro. Quando essa passagem ocorre, tem-se o início da expansão financeira, que pode ser entendida como a fórmula abreviada de Marx DD’. Nesta fase, ao contrário da anterior, os agentes capitalista passam a empregar seus capitais em operações monetárias, uma forma mais líquida em relação a produção. Porém “todo desenvolvimento capitalista desse tipo, ao atingir o estágio de expansão financeira, parece anunciar em certo sentido, sua maturidade: [é] *um sinal do outono*” (Braudel. In. Arrighi, 1996.p.6. grifo do autor), ou seja, um sinal de que o ciclo está se encerrando. Portanto, as duas fases unidas, formam o CSA.

Existem diferenças fundamentais entre os CSA e demais ciclos como o de Kondratieff. Os CSA são constituídos de modo que os processos de acumulação de capital são contínuos,

diferentemente dos ciclos de Kondratieff que propõem períodos de expansão e contração. Outra diferença é que o ciclo proposto por Arrighi trabalha a idéia da economia-mundo capitalista como um todo ao longo do tempo, enquanto o outro ciclo trabalha com determinada indústria ou economia nacional (ARRIGHI, 1996).

Então sintetizando a idéia, os Ciclos Sistêmicos de Acumulação são períodos na economia-mundo capitalista compostos por expansões e mudanças contínuas desenvolvidas em um padrão ou via como chama o autor. Porém, em alguns períodos ocorrem mudanças descontínuas – que Arrighi chama de caos sistêmico – que deslocam as fases de expansão material e financeira da via anterior para uma outra, dando partida a um novo Ciclo Sistêmico de Acumulação.

Portanto é nesta fase de transição da fase de expansão material para a fase de expansão financeira é que emergiram politicamente no sistema mundial os ideais neoliberais e, por conseguinte as privatizações como uma forma de assegurar a hegemonia sistêmica norte-americana frente aos demais Estados. Esta estratégia como veremos ao longo deste trabalho passou por duas fases distintas e correlacionadas, primeiro a crise financeira internacional e posteriormente a expressiva expansão do capital e das corporações transnacionais.

## **CAPÍTULO 2 – ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÃO EM PERSPECTIVA TEÓRICA**

### **2.1 Introdução**

Este capítulo expõe o pensamento neoliberal e seus principais pressupostos, que ascenderam nos anos 70 em meio a crise de acumulação capitalista com a intenção de reestruturar esta dinâmica do sistema. Inserido neste pensamento, as privatizações surgiram como uma das principais e mais influentes políticas. Esta, por sua vez, pode ter significado distinto se observada com perspectivas teóricas diferentes. As discrepâncias encontradas na análise das privatizações pelas correntes neoliberais, chomskyana e marxista é o que será enfatizado neste capítulo. Esta revisão teórica torna-se imprescindível para identificar as lacunas existentes em cada perspectiva quando estas abordam a temática das desestatizações. Assim, utilizando a ASM fez-se o exercício analítico de tentar preencher estes vazios teóricos olhando as privatizações como algo histórico e sistêmico que se manifesta nas questões espaciais e temporais da economia-mundo.

### **2.2 A emergência do pensamento neoliberal**

Para discorrer a cerca da política desestatizante é indispensável um aporte a Teoria Neoclássica, visto a inserção daquela nesta e mais que isso, para que de modo algum não se confunda a Economia Política com Política Econômica.

Segundo Harvey (2005) a teoria neoclássica está fundamentada nos preceitos dos direitos individuais de propriedade privada, bem como uma série de leis e normatizações que buscam a legitimação do livre mercado e suas trocas onde, portanto a iniciativa privada atua como uma ferramenta determinante na inovação e na geração da riqueza.

O neoliberalismo, para Gamble (2001), foi uma forte tendência existente nas últimas décadas e ao mesmo tempo foi um *revival* do liberalismo no mais amplo sentido, ou seja, no aspecto econômico e ideológico. Todas estas transformações ocorridas na economia-mundo capitalista trouxeram consigo a doutrina do livre mercado minada de políticas econômicas e, sobretudo, ideologias que foram sem dúvida uma das ferramentas mais importantes à

manutenção hegemônica norte-americana no período, ressurgindo como sugestão e ao mesmo tempo crítica ao keynesianismo feitas por economistas como Milton Friedman e Alan Walters, estes ancorados pela escola liberal austríaca representada por Friederich Hayek.

Para chegar a este ponto existem alguns pressupostos importantes inseridos nesta teoria. Friedman (1977) faz uma série de relações indispensáveis à existência da liberdade e do livre mercado com destaque a relação entre liberdade econômica e liberdade política<sup>6</sup>, “que somente em determinadas combinações de organizações econômicas e políticas são possíveis [...] no sentido de garantir a liberdade individual” (Op. Cit., p.5).

Neste sentido a organização econômica é entendida como portadora de uma dupla função frente à sociedade. A primeira função é da liberdade econômica no significado mais abrangente. Já a segunda é de atuar como um instrumento decisivo para o alcance da liberdade política. Esta por sua vez, historicamente, conforme o argumento liberal é uma condição preliminar ao livre mercado. Ao analisar o desenvolvimento do sistema capitalista os liberais perceberam que a liberdade política sempre caminhou junto do livre mercado bem como as instituições bases do sistema. Sendo assim, “o capitalismo é uma condição necessária à liberdade política, mas evidentemente não suficiente” (Op. Cit., p.7), visto que podem existir sistemas políticos rígidos, ou seja, até mesmo unipartidários inseridos no sistema capitalista.

Utilizando-se dos artifícios economicistas, estando todas as questões postas anteriormente resolvidas, ou seja, estáveis, o próximo passo do argumento liberal é solucionar a questão da organização social, no sentido que esta é parte de uma série interdependente de atividades econômicas, ou seja, parafraseando Friedman, o ponto é conciliar a ampla interdependência com a liberdade individual. Portanto, a solução está na técnica do mercado, que nada mais é do que uma cooperação voluntária entre os agentes econômicos, onde todos tiram proveito das transações efetuadas. Segundo esta corrente teórica, a cooperação torna-se fundamental para haja a plena eliminação da coerção e a interferência política. Assim, é em última instância nas relações entre os indivíduos, mais precisamente na existência das empresas privadas, na condição de parte contratante, e os indivíduos com a oferta de mão-de-obra somada as possibilidades de livre escolha é que os livres mercados aparecem como atividade econômica. Porém, alerta Friedman (1977), a ocorrência de um livre mercado não exclui a importância de um governo, visto que este atua como um moderador, de modo a

---

<sup>6</sup> Segundo Friedman (1977), a Teoria Liberal pressupõe uma relação puramente ilusória a existência de uma interação íntima entre economia e política.

controlar e ditar apenas as regras do jogo. O restante fica por conta do próprio mercado, por conseguinte, da iniciativa privada de trabalhar em cooperação para que a maioria das assimetrias sejam resolvidas distantes do campo político atuando de modo a minimizar a atuação do Estado no mercado.

A crise no sistema capitalista na década de 70 fez com que esse ideal teórico (neo)liberal (re)surgisse com força em contraposição ao pensamento e as práticas políticas dominantes.

Neoliberalism gives priority to capital as Money rather than capital as production. In a period of rapid restructuring this has the advantage of enabling policies to be adopted which clear the decks, removing subsidies and protection, and freeing up capital from fixed positions [...] dissolving the special and institutional rigidities in which it had become encased. (GAMBLE, 2001. p. 131)

A doutrina ideológica e econômica representada pelo neoliberalismo que ascendeu foi uma evidência relevante que ratificou o que Arrighi (1996) apresentou no Ciclo Sistêmico Norte-Americano, onde a crise econômica ocorrida, seguida de uma mudança nas formas de fazer política implicaram em um rearranjo na forma de acumular capital. Os grandes lucros saíram da esfera produtiva e se inseriram a partir daí na esfera financeira, caracterizando assim a mudança da fase de expansão material para a fase de expansão financeira de tal ciclo de acumulação. Em outras palavras, o Neoliberalismo significou a financeirização de todas as coisas Harvey<sup>7</sup> (2005).

Como parte deste contexto ideológico e econômico, as políticas de privatização ganharam força em discursos políticos altamente alinhados com a mídia e o pensamento influente das academias. No centro e semi-periferia, em certa medida, serviram como medidas de combate a aceleração da inflação, crise fiscal dos Estados e como medida de combate ao desemprego. E na periferia do sistema-mundo capitalista foi adotada no combate aos excessivos déficits fiscais e inoperância do mercado, mas principalmente para controlar a expansão da dívida externa, em outras palavras, uma política adotada em nome da superação do atraso econômico em relação aos demais Estados. Dessa maneira, em questão de menos de uma década as políticas neoliberais estavam sendo utilizadas em escala global, sendo a prática

---

<sup>7</sup> Neoliberalization has meant, in short, the financialization of everything. (HARVEY, 2005. p.33)

privatizante um ponto chave, senão o principal, das políticas estatais, sobretudo, na América Latina e África.

Em particular a América Latina, o Chile foi o Estado precursor na adoção e execução das privatizações, seguida pelo México que no início dos anos 80 pôs a política na pauta do governo. O Brasil, ainda na mesma década do México, no governo Sarney executou de modo tímido a desestatização de alguns setores da economia que o Estado possuía certa atuação, mas foi quase dez anos depois, no governo de Fernando Henrique Cardoso que as práticas neoliberais tornaram-se o centro da política brasileira.

Passados mais de trinta anos da ascensão ideológica e política, o pacote neoliberal e mais precisamente as privatizações são alvo de muita discussão, tanto no plano político quanto no plano puramente acadêmico, que logicamente nunca é imparcial em suas reflexões. Todas as justificativas, críticas e argumentações em sua grande maioria giram em torno de análises meramente pró ou contra tais políticas, ou seja, são como já mencionado na apresentação deste trabalho, reflexões ahistóricas conforme Stewart (1995) apontou, visto que nunca levam em conta a trajetória histórica de determinado Estado para que se tome a decisão de executar ou não uma política. Somado a isso, acrescenta-se também a falta de uma análise espacial no momento em que se adotam sugestões vindas de outros Estados como práticas modelos de “desenvolvimento”. Em outras palavras, raras as vezes que são levadas em consideração os aspectos regionais como a divisão do trabalho e a extração e aproveitamento dos recursos naturais. Ou como dizem Ariyo e Jerome (1999) os aspectos ambientais de determinados Estados ou continente e, sobretudo as implicações que os fluxos de capital tem sobre estes ambientes.

Portanto, como próximo passo, no sentido de evidenciar o que a ASM identifica como um “ponto falho” nas demais correntes de pensamento, segue-se um diálogo com a escola neoclássica, o pensamento chomskyano e o pensamento marxista acerca das privatizações.

### **2.3 Privatizações pelo pensamento neoliberal**

Conforme dito anteriormente, um dos mentores das políticas predominantes no mundo pós-70 foram os economistas da Escola de Chicago. Que seguindo seus pressupostos teóricos de liberdade põem as privatizações como um meio de tirar o controle do mercado das mãos dos Estados. Entretanto, esta mudança no cenário político econômico, de acordo com esta corrente, só pode ocorrer com a legitimação dos direitos individuais de propriedade privada. Por este motivo, surgiu em 1989 entre os dez tópicos do Consenso de Washington a proposta

de reforma institucional que assegurava os direitos de propriedade intelectual sem excessivos custos bem como a proposta de combate a informalidade econômica, o que teoricamente reduz os custos do Estado na defesa da propriedade e ao mesmo tempo alavanca recursos com a diminuição do mercado informal (Williamson, 2004).

Ao tratar das práticas de desestatização em si, o contexto da década de 70 o qual se deparava setor privado, seja industrial ou serviços nos Estados Unidos – centro hegemônico da economia-mundo capitalista - era de grande perda na produtividade e conseqüentemente queda nas taxas de acumulação de capital em comparação a ascensão dos países asiáticos, principalmente o Japão e a Coréia do Sul. Sendo assim, a retirada do Estado de determinados setores da economia, tornou-se evidentemente algo indispensável e ao mesmo tempo estratégico, visto a aceleração e a interligação cada vez maior das cadeias produtivas mundiais que podem ser observadas nos modelos de produção flexível em relação ao modelo fordista de produção.

As políticas desestatizantes, portanto vieram na expectativa de maximizar a lucratividade, aliada a ganhos de produção. Enquanto na via oposta nas empresas estatais o principal objetivo era a maximização do bem estar social (YARROW, 1999). Maximização esta que ocorre principalmente pela aplicação muito mais intensiva em capital do que em relação ao trabalho, que conseqüentemente, incorre em volumosos déficits orçamentários.

Nesta conjuntura econômica as privatizações no sentido neoliberal surgiram, portanto, como uma alternativa que primava pelo incremento na eficiência dos mercados com uma simultânea melhoria do déficit estatal. Ao setor privado, as privatizações pressupõem um substancial crescimento no grau de liberdade econômica das empresas acompanhado de um aumento da competitividade interempresarial, que por sua vez é capaz de promover uma alocação mais racional do capital empregado garantindo os ganhos de produtividade que se manifestam no mercado tanto pela qualidade quanto pelos preços dos serviços e produtos.

Para a argumentação neoclássica, portanto, segundo Velasco Jr. (1997) as privatizações são, no estrito conceito microeconômico, uma transferência de recursos, que a princípio eram de responsabilidade do Estado e posteriormente passam à tutela do setor privado. Porém, a presença estatal não é eliminada por completo do mercado, ela continua sob as formas regulatórias, ou até mesmo em certos momentos como parceiros do setor privado. Conforme o *Annual Privatization Report 2006*, as competições introduzidas pelas privatizações trazem benefícios aos consumidores no sentido de que os setores da economia podem proporcionar um leque maior de escolhas, serviços de alta capacitação e baixos custos. Ou seja, conclui-se que o Estado não teria condições de arcar com tais serviços e custos a sua

população. O maior exemplo dessa melhoria da oferta dos produtos e serviços são as privatizações ocorridas nos Estados Unidos nos aeroportos, ferrovias e centros de entretenimento,, que foram vendidos ao setor privado norte-americano que passaram prestar um serviço baseado em inovações de idéias e processos, o que antes, quando nas mãos do Estado eram considerados inviáveis.

## 2.4 Privatizações pelo pensamento chomskyano

Milton Friedman ao argumentar que liberdade é a essência da democracia e que por sua vez, qualquer governo que restrinja a liberdade dos mercados é no limite antidemocrático. Chomsky (1994) respondeu voltando-se as lembranças do Chile em 1974. Até um ano antes o país possuía um presidente eleito democraticamente, porém este era considerado antimercado, pois intencionava interferir nos controles econômicos do mercado, inclusive com a nacionalização da indústria de cobre chilena. Então quando num golpe Augusto Pinochet assume a presidência chilena em nome da democracia e concomitantemente ao livre mercado, num Estado de fato ditatorial, estava assim o Chile, de acordo com os pressupostos de liberdade, num Estado democrático.

Robert McChesney (1999:40) faz uma boa definição do pensamento Chomskyano em relação os preceitos neoliberais. Trata tal como um *political economic paradigm of our time*, ao que tange a política e processos, ou seja, na análise de Chomsky o neoliberalismo é algo puramente ideológico e ao mesmo tempo algo mitológico que busca o interesse individual pelas vias dos controles sociais como uma via de maximização pessoal dos lucros.

Most of the economy is dominated by massive corporations with tremendous control over their markets and which therefore face precious little competition of the sort described in economics textbooks and politicians` speeches [...] the mythology of the free market also submits that governments are inefficient institutions that should be limited, so as not to hurt the magic of natural laissez faire market. In fact, as Chomsky emphasize, governments are central to the modern capitalist system. They lavishly subsidize corporation and work to advance corporate interests on numerous fronts. The same corporations that exult in neoliberal ideology are in fact often hypocritical. (MCCHESENEY, 1999.p.44-45)

No mesmo trilho deste raciocínio, o jornalista Aloysio Biondi (1999) trata o processo de privatização, ou seja, a entrega da produção de bens e serviços às “forças do mercado” como algo mitológico. Sendo a construção deste mito – neoliberalização/privatizações válido para toda a realidade da periférica do sistema-mundo capitalista.

A venda das estatais, segundo o governo, serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida [dos Estados] com o resto do mundo – e salvando [as economias nacionais]. E o dinheiro arrecadado com a venda serviria ainda, segundo o governo, para reduzir também a dívida interna, isto é, do governo federal e dos Estados. (BIONDI, 1999. p.6)

Portanto, fica evidente ao pensamento chomskyano, aqui corroborado por Biondi, a construção de um arquétipo, isto é, um padrão por parte de grupos políticos aliados a grupos economicamente poderosos que passaram a “exportar” este modelo ao mundo, os *American Values of Free Competition*, sob o pretexto do sonho de tornar o mundo um espelho do estilo americano, ou seja, um espelho da economia norte-americana. Quando na verdade os processos de desestatizações efetuados, tanto no Brasil como no México, por exemplo, foram quase em sua maioria questionados quanto ao preço de venda das empresas e origem do capital utilizado para a compra<sup>8</sup>.

Frente a crise capitalista nos anos 70, Inglaterra e principalmente, dada a condição hegemônica, os Estados Unidos passaram a exportar para o mundo seus valores do “livre mercado global”, onde a Organização Mundial do Comércio (OMC) foi a via encontrada para a disseminação de todos os valores inerentes a livre competição. Todavia, pouco mais de duas décadas depois dos primeiros discursos pela liberdade e individualidade dos agentes econômicos, Chomsky (1997) aponta que muito mais do que uma tentativa de controle social, o neoliberalismo, mais precisamente os efeitos das privatizações foram nefastos aos Estados periféricos e, sobretudo a sociedade como um todo, visto que grande parte do controle dos insumos, minério, energia, a indústria química e farmacêutica, telecomunicações, entre muitas outras ficaram sob o controle das gigantes corporações multinacionais que adquiriram as antigas estatais a preços subavaliados. As conseqüências das desestatizações e o agigantamento político e financeiro das transnacionais acarretaram, dada a lógica de concentração financeira, a ascensão de problemas à democracia – devido o controle e a concentração das comunicações e informações nas mãos de poucos, a participação popular em diretrizes políticas sociais e econômicas – além do agravamento da fome dado o controle das multinacionais na produção, processamento e comercialização de sementes, alimentos e derivados.

Por conseqüência do uso dessas políticas econômicas, Chomsky (1990) aponta que a América Latina teve um substancial aumento da pobreza – revelado pelos baixos salários e

---

<sup>8</sup> Ver Biondi 1999, Chomsky 1997 e Echeverría 2007.

índices de desemprego - acompanhado de tensões sociais e trabalhistas como são de fato as realidades mexicanas com a forte atuação das indústrias maquiladoras e a brasileira com os altos índices de desemprego e concentração de renda refletida em altos índices de violência e criminalidade.

## 2.5 Privatizações pelo pensamento marxista

Diferentemente de Chomsky, Harvey (2005) não partilha do mesmo raciocínio, entretanto, o pensamento neoliberal para ele não corresponde a uma forma direta de controle social, mas sim é apontado como uma manifestação da *restoration of class power, it has not necessarily meant the restoration of economic power to the same people* (2005:31), ao passo que nestas últimas décadas pode-se observar como um fenômeno global a simultânea manutenção de algumas “classes” capitalistas e a ascensão de outras, como é o exemplo de grandes corporações varejistas nos Estados Unidos e o fortalecimento do poder econômico de uma pequena parcela étnica, sobretudo de chineses, no leste asiático (2005:32).

Segundo apontamentos de Harvey (2005:64) o Estado neoliberal tende a favorecer e proteger com leis e regulamentações as propriedades privadas em nome dessas “classes” e da livre concorrência dos mercados. Portanto, a atual configuração do sistema capitalista teve nas privatizações a via de desobstrução para a expansão em escala global das grandes corporações que passaram a concentrar, na maioria dos casos, o poder monopolístico e simultaneamente atuar como um braço do Estado de origem, tanto para manipulação política quanto como um mecanismo de incremento de receita, este fenômeno é percebido na América Latina:

As privatizações das empresas estatais e dos recursos naturais em toda a América Latina fazem parte da estratégia do Consenso de Washington e simplesmente visam a transferência do patrimônio público para as mãos privadas, de modo especial as multinacionais [...] estas mesmas empresas, ditas como multinacionais, mas com um sentido de nação e pátria em relação ao país onde se localiza a sua sede principal, criaram um **governo mundial de fato** baseado em quatro mecanismos de dominação: o econômico, o político, o social ideológico e o militar. Enquanto defendem a concepção de Estado-nação para seus países, pregam o fim da conjunção aos outros para, no vazio do poder, assumir as funções de mando [...] Portanto, as privatizações na América Latina não são má decisão econômica isolada, e muito menos uma <racionalidade do mercado>, mas sim um padrão antigo de política que atua através da coerção dos aparelhos locais. As conseqüências imediatas das privatizações se refletem no dia-a-dia das pessoas, já que as empresas estatais vendidas perdem imediatamente o seu caráter político-social. Doravante só um mote as move: o lucro. Para isso dispensam funcionários, [baixam salários], aumentam tarifas e constroem

monopólios privados, cognominados de <economia de mercado>. (RAMPINELLI,2001. p.23. Grifos do autor)

O argumento citado faz emergir o que existe por trás das privatizações e vão exatamente ao encontro da posição de David Harvey sobre a produção de políticas e uma estrutura econômica compostas para salvaguardar as multinacionais:

The state typically produces legislation and regulatory framework that advantage corporations, and in some instances specific interest such as energy, pharmaceuticals, agribusiness, etc. [...] the state assumes much of the risk while private sector takes most of the profits. If necessary, furthermore, the neoliberal state will resort to coercive legislation and policing tactics (anti-picketing rules, for example) to disperse or repress collective forms of opposition to corporate power [...] the coercive arm of the state is argued to protect corporate interests [...] None of this seems consistent with neoliberal theory. (2005:77)

Entretanto, a política de privatização, segundo a corrente marxista<sup>9</sup>, vai além de uma mera articulação política que regulamenta as atividades e segure os lucros das grandes corporações, ela [a política] aprofunda o Estado de subordinação política e econômica entre Estados periféricos e centrais na medida em que os primeiros abrem mão do controle dos recursos nacionais em nome de uma falsa integração, isto é, uma integração dependente<sup>10</sup> de caráter colonial dada a perda da soberania nacional e o enfraquecimento estatal pelo desmantelamento do aparelho governamental e a sensível perda do controle sobre os recursos muitas vezes estratégicos para o fortalecimento do Estado. A substancial perda do controle dos recursos sejam eles primeiro naturais e posteriormente financeiros para empresas transnacionais é manifestada com o pagamento de baixos salários à classe trabalhadora e também por vultosos fluxos de capitais que saem, utilizando-se da nomenclatura marxista, em forma de mais-valia do Estado explorado para o Estado pátria daquelas corporações, reproduzindo sempre de forma ampliada um modelo de desenvolvimento dependente na periferia.

Ao apresentar o ponto de vista de três diferentes aportes teóricos acerca das políticas de privatização praticadas nos últimos vinte anos com maior intensidade nos países periféricos do sistema mundial capitalista, ficou evidente o caráter teórico, político e

---

<sup>9</sup> Ver Oliva (2001:119)

<sup>10</sup> A dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações fortemente interdependentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini e Sader, 2000.p.109).

principalmente ideológico de todas as argumentações frente às razões e efeitos desta prática. A princípio, como um exercício analítico trivial, a primeira tentativa é aproximar e/ou afastar os pensamentos discorridos ao longo do capítulo. Posteriormente por consequência isso conduz a análise das debilidades e virtudes existentes sobre os pensamentos que circundam a temática aqui abordada.

Conforme dito, as distinções são o que facilmente podem ser visualizadas nas três abordagens. Neste sentido a corrente neoliberal tem como ponto chave a argumentação da liberdade individual manifestada no direito das propriedades privadas, que nas privatizações se manifestam pela não interferência do Estado em atividades econômicas. Em outras palavras o Estado deve ceder lugar aos agentes econômicos e a estes cabe o bom funcionamento dos mercados. Por outro lado, a crítica chomskyana é uma advertência a crença no mito de que a individualidade e a liberalização, com a retirada do Estado da economia, trazem o sonhado desenvolvimento aos Estados periféricos. Entretanto, Chomsky aponta que as privatizações são uma manifestação do apoderamento das grandes corporações que fazem valer sua forte condição econômica para tirar vantagens sobre Estados debilitados economicamente ao que tange o uso dos recursos naturais, instalações, privilégios econômicos e mão-de-obra. Com isso reproduzem de modo ampliado as desigualdades mundiais. Na mesma via da reprodução ampliada das desigualdades está a teoria marxista, entretanto, a diferença com relação a Chomsky está na não caracterização do fenômeno neoliberal como um mito, mas sim como uma estratégia imperialista de exploração, extração de mais-valia e reprodução das desigualdades pela dependência nas relações produtivas.

Na via oposta, a única aproximação que se ousa fazer, se é que é possível, é tentar aproximar as críticas de Chomsky e a marxista contra o neoliberalismo visto que ambos argumentos tratam o fenômeno das privatizações como uma forma de reprodução de um sistema em prol de uma supremacia econômica hoje ainda dos Estados Unidos em contraposição dos neoliberais que tratam o fenômeno apenas com argumentos economicistas.

Contudo, a contribuição que a análise dos sistemas-mundo pode dar ao argumentos acerca das privatizações são no intuito de advertir as distintas vias de pensamento para as recorrentes reflexões sem a incorporação das questões temporais e espaciais que envolvem o escopo de observação da ASM. O primeiro argumento, como Stewart (1995) mostrou, a grande maioria das teorizações e debates sobre privatizações são ponderações sobre Estado ou o setor privado; livre mercado ou controlados pelo Estado. Quando geralmente passa despercebido que as privatizações em países periféricos foram sinônimo de desnacionalização dos recursos numa conjuntura de crise e aumentos das obrigações internacionais. Esta

situação foi identificada numa análise histórica em perspectiva sistêmica sobre as privatizações em economias periféricas endividadas do século XIX. Nas palavras da autora, a identificação das continuidades sistêmicas do fenômeno podem ser encontradas num contexto de “mudanças conjunturais que ocorrem como partes dos ciclos de expansão e contração (Ciclos de Kondratieff) na economia-mundo capitalista, e reestruturação do capital para encontrar novas demandas para a emergência de um novo paradigma econômico-tecnológico” (STEWART, 1995.p1). Trazendo, portanto, à realidade de México e Brasil pode-se aferir que novamente, em uma fase b do ciclo de Kondratieff e fase de expansão financeira do CSA de Arrighi, o surgimento de um novo paradigma econômico-tecnológico em um período de “transição histórica” marcada pela crise na expansão do capitalismo ditada pelo fim da combinação do modelo econômico fordismo-keynesiano e o surgimento de um regime de acumulação flexível (ARIGHI, 1996) foram fundamentais para que ocorresse o aumento desenfreado da dívida total externa de cada Estado e, por conseguinte, fossem “empurradas”, dadas as novas pressões tecnológicas no centro da economia-mundo, os antigos modelos produtivos e tecnologias para a periferia. A entrada de capitais estrangeiros e tecnologias foi sem dúvida facilitada pela debilidade financeira dos Estados endividados que tinham em suas grandes companhias um grande montante de capital investido em tecnologias ultrapassadas e que não acompanhariam mais o ritmo das novas difusões tecnológicas mundiais. Portanto, o capital transnacional aproveitou-se desta conjuntura cíclica de Brasil e México, de endividamento estatal, mudanças tecnológicas e baixos preços de commodities<sup>11</sup> para expandir suas fronteiras e manter as altas taxas de lucro normalmente enviados ao Estado pátria destas corporações. Isso confere ao sistema um caráter de perpetuação de poder dos Estados centrais em relação aos periféricos na medida em que esses têm cada vez menos condições de se aproximarem economicamente dos demais Estados.

Por último, a questão espacial que implica às privatizações é outro ponto comumente não abordado pela maioria daqueles que debatem a temática. Esta remete especialmente a reorganização divisão internacional do trabalho e a exploração dos recursos naturais. Como já citado no parágrafo anterior, os períodos de crise do modo de acumulação de capital fazem com que os Estados centrais aproveitem-se da debilidade econômica dos Estados periféricos para passar a diante as tecnologias obsoletas e com isso garantir a produção daqueles bens a um nível salarial inferior ao do centro do capitalismo. Em outras palavras, normalmente

---

<sup>11</sup> Stewart (1995) apontou em seu artigo que em fases de depressão o preço das commodities sofrem uma queda drástica em relação a períodos de expansão cíclica do capitalismo.

investidores estrangeiros em Estados como México e Brasil valeram-se nas últimas décadas da condição endividada dessas economias para adquirir e transferir suas unidades produtivas no intuito de manter suas altas taxas de lucros, que na periferia são garantidas pela alta produtividade unida aos baixos custos de uma mão-de-obra especializada e abundância e baixos custos de matérias-primas – características principais das indústrias maquiladoras (VALENCIA, 2004). Além disso, Stewart (1995) aponta também que esta caracterização na periferia do sistema - liberalização acompanhada das privatizações - são fundamentais para determinação dos níveis de salários dos trabalhadores. Pois, ao passo que o Estado deixa de atuar no setor produtivo deixa de referenciar o nível de renda dos trabalhadores do setor, que em situação de desnacionalização são investidores estrangeiros que passam a determinar esses níveis de acordo com seus interesses ligados lógico as taxas de lucro geradas. Isso sem dúvida atrelou os salários dos trabalhadores brasileiros e mexicanos aos níveis internacionais, que atualmente são cada vez mais pressionados pelos baixos níveis salariais do leste asiático, portanto diminuindo cada vez mais o grau e as possibilidades de autonomia dos governos interferirem nas questões salariais. Já com relação as matérias-primas, a lógica de apropriação é a mesma, porém com o agravante de que a exploração e os lucros obtidos são de propriedade transnacional e por consequência de outros Estados. Portanto Estados como o mexicano e o brasileiro que privatizaram os setores extrativos minerais e acabaram por abrir mão da exploração de suas fontes de riqueza em nome da captação de recursos e ajustes econômicos. Isso implicou na diminuição das possibilidades que esses Estados têm, numa condição de caos sistêmicos por exemplo, de alavancar algumas posições no sistema interestatal. Por outro lado, é uma forma dos Estados que se valeram da fraqueza econômica daqueles para assegurarem a hierarquia, ou no caso norte-americano assegurar a hegemonia do sistema via captação financeira e exploração de recursos naturais geralmente não disponíveis em sua geografia.

## **CAPÍTULO 3 – EVOLUÇÃO DO MODELO ESTATAL BRASILEIRO E MEXICANO, 1900 – 2000.**

Os objetivos deste capítulo são de expor ao leitor como caminharam os Estados mexicano e brasileiro ao longo do século XX, isto é, como estes Estados articularam a política e economia nos primeiros cinquenta anos com a estruturação do mercado interno via políticas de substituição de importações que conduziram à criação de toda a máquina estatal as quais estavam as grandes companhias publicas. Passados aproximadamente cinquenta anos do início dessas políticas a crise do sistema capitalista apontou um novo rumo às políticas mexicanas e brasileiras, a desconstrução daquele modelo desenvolvimentista voltado ao mercado interno. O novo modelo que abriu os mercados desses Estados veio acompanhado de uma série de políticas liberalizantes tendo nas privatizações uma das principais vias de abertura.

As privatizações ocorreram em fases distintas no México e no Brasil, entretanto seguiram a mesma lógica, desestatizar para alavancar recursos a serem empregados em outros setores. A discussão do que este processo representou ficará para o capítulo 4, aqui está detida apenas uma apresentação de como foram os processos, que empresas foram vendidas e o montante arrecadado.

### **3.1 Panorama econômico brasileiro e mexicano, 1900 a 1930**

De modo geral, o panorama econômico latino-americano no primeiro terço do século XX foi muito semelhante. A virada do século XIX para o XX foi marcada por uma nova fase de expansão do sistema-mundo capitalista, onde o crescimento no centro estava fortemente ligado ao avanço da indústria automobilística e aeronáutica (FILOMENO, 2006), que por sua vez, impactava na América Latina com o aumento das importações de produtos primários como borracha, petróleo e minérios.

Rapidamente, países como Brasil e México sentiram os efeitos da boa fase vivida pela economia mundial, até 1914 esses países passaram, pelo que chamou Furtado (2007:101), por um processo de rápido desenvolvimento econômico e transformações sociais evidenciadas pelas ondas migratórias, como foi o caso brasileiro logo na virada do século, como também um forte crescimento populacional acompanhado de um processo de urbanização. Por outro lado, pode-se observar, que mais uma vez, em mais um ciclo expansivo da economia-mundo a

América Latina entrava como um coadjuvante na disputa pela hegemonia do sistema capitalista, porém estava mais uma vez num papel fundamental para a consolidação do Estado que disputava tal posição. Isso fica evidente na análise feita por Furtado (2007, apud VILLEGAS, 1965; SOLÍS M., 1967) desses países entre o período de 1900-10, onde o México crescia com um produto per capita a taxa média de 3,1% ao ano, sendo que as exportações petrolíferas avançavam a uma taxa 7,2% anualmente, o que representavam o dobro e o triplo das exportações de manufaturados e produtos agrícolas respectivamente. No mesmo período o Brasil teve sua população aumentada substancialmente, sendo que a maior parte dela se concentrou na região de São Paulo juntamente onde se concentrou a produção cafeeira, principal produto de exportação à época, que em menos de uma década acresceu suas exportações em mais de 50% entre 1910-15 embalada pela expansão da malha ferroviária nacional que entre 1880-1910 passou de 3,4 mil quilômetros para 21,3 mil quilômetros (FURTADO, 2007).

Entretanto, tão logo se inicia a primeira Guerra Mundial, de um modo muito semelhante ambos Estados sentiram o arrefecimento econômico. Como relata Furtado (2007:104) neste período o comércio internacional se resumiu principalmente a troca de produtos manufaturados entre os Estados centrais da economia-mundo capitalista. Sendo que ao mesmo tempo os países latino-americanos sentiam uma forte deterioração dos preços relativos dos produtos primários. Esta conjuntura perdurou assim até o início dos anos 20, quando após o fim da guerra o comércio internacional voltou a se restabelecer e as economias periféricas voltaram a se tornar fundamentais aos países centrais da economia-mundo, tanto para a comercialização dos produtos primários como receptores dos excedentes financeiros originários principalmente dos Estados Unidos e Inglaterra. Portanto essa situação de alta dos preços das commodities e liquidez financeira internacional foi crucial para que de modo geral tanto Brasil quanto México mantivessem as políticas primário-exportadoras, que com relativo sucesso viam garantindo o crescimento nas últimas décadas.

Porém com a crise de 1929, esgotou-se a liquidez mundial e o volume de exportações, como foi o caso brasileiro caiu a pouco mais de um terço dos valores anteriores a crise<sup>12</sup> revelando a ao modelo político econômico latino-americano suas debilidades e equívocos. Prova da tamanha dependência externa, seja comercial ou financeira, todos os países sentiram sobre o setor público, precisamente sobre o substancial aumento da dívida pública externa,

---

<sup>12</sup> Ver Filomeno 2006.

que forçou, conforme Furtado (2007:109) com que todos os países, exceto a Argentina, cancelassem o pagamento da dívida externa.

### **3.2 Reestruturação econômica do México pós-30 até 1980**

A crise de 1929, não somente no México, mas em toda a América Latina correspondeu um marco importante ao que tange o papel do Estado frente as decisões econômicas. Portanto foi no intuito de superação da crise e das dificuldades impostas pelo modelo econômico vigente é que o Estado mexicano optou por uma via de industrialização substitutiva que possibilitasse um crescimento econômico e social mais estável em relação ao anterior. Como aponta Oliva (2001:49) o Estado mexicano deixou de lado uma postura mais liberal, como a que até então era adotada frente ao mercado e a entrada de capitais e passou a produzir e controlar os bens e serviços, ou seja, passou a ser o propulsor do modelo de crescimento econômico no país. Contudo, foi a partir dos anos quarenta é que se sedimentaram as bases políticas, econômicas e sociais que permitiram a realização deste projeto estatal de promover o desenvolvimento das bases capitalistas no país.

Assim como no Brasil, foi através da articulação do Estado que se concretizaram os avanços no setor industrial. El primer plano Sexenal (1934-1940) que se establecen las bases de una importante y activa participación del Estado en diferentes sectores [...] desde 1935 dieron los primeros impulsos a la industrialización y al inicio de un amplio e complejo sector publico (OLIVA, 2001.p.50). Este primeiro impulso foi fundamental, dada a fraqueza da classe capitalista local, para retirar as barreiras que o país possuía e que bloqueavam as possibilidades de avanço mexicano<sup>13</sup>. Até 1955 o Estado criou aproximadamente 140 empresas, sendo estas em sua maioria empresas de bens intermediários produtoras de insumos base para a indústria de bens de capital (indústria siderúrgica, petroquímica, de cimento, entre outras) (apud CASTRO, 1983).

A partir da década de 50 o governo mexicano passou a priorizar os investimentos nos setores industriais de maior dinamismo e concentração de capital, em particular preferência àqueles de capital externo, período o qual, assim como o Brasil, o México permitiu a vultosa entrada de capital estrangeiro que passou a originar a formação de monopólios centrados principalmente em torno das empresas e do capital advindo dos Estados Unidos.

---

<sup>13</sup> Segundo Ovila 2001, em 1940 os gastos com o financiamento da expansão industrial chegaram a representar 47,5% do total dos gastos públicos, sobretudo gastos com comunicação e transportes.

Conforme descreveu Oliva (2001), os anos 60 foram uma fase de agigantamento do Estado mexicano, visto que o governo manteve os gastos no financiamento de infra-estrutura e na indústria de bens intermediários e além disso, adquiriu diversas empresas que haviam falido ou que não eram mais do interesse do capital privado, como por exemplo as companhias de energia elétrica e telefonia, entre outras do setor extrativo mineral, chegando ao fim desta década com aproximadamente 600 empresas sob a égide estatal.

A década seguinte marcou o início do declínio do modelo de Estado desenvolvimentista no México, entretanto, não foi o agigantamento ou a ineficiência estatal os maiores problemas da crise mexicana. Esses fatores foram parte somatória de um conjunto de eventos, entre eles estavam inclusive a oligopolização de alguns setores chaves da economia e o endividamento crescente do governo. Coletivamente, todos esses pontos forçaram o Estado logo na virada da década de 60 para a de 70 a cortar inúmeros subsídios e fontes de financiamento principalmente aqueles destinados ao setor industrial e agropecuário impactando diretamente nas taxas de lucro das empresas e ao mesmo tempo impossibilitando a reprodução de tal política dada a deterioração financeira estatal.

Entretanto, os anos compreendidos entre 1971-1976, foram marcados por uma fase de grande inversão estatal, configurando-se o auge das políticas mexicanas na tentativa de sustentar a rentabilidade das empresas frente ao agravamento da crise econômica internacional. Neste período o governo Echeverría investiu massivamente nas indústrias produtoras de insumos base e na indústria de bens de capital. O que representou um incremento em 300 empresas estatais, que passavam de 600 para 900 e simultaneamente um crescimento do déficit público em 850% em relação ao período anterior a introdução destas políticas (OLIVA, 2001). Obviamente, todas essas tentativas de recuperação da dinâmica de crescimento mexicano, foram estancadas pela crise do sistema capitalista que logo representou uma barreira a captação de recursos para a manutenção de tal lógica desenvolvimentista.

Ao final da década de 70, impossibilitado de prosseguir de dar continuidade as políticas intervencionistas, o México recorreu ao FMI e passou a ter de adequar as políticas macroeconômicas aos interesses do Fundo, entre os quais estava o programa de privatizações que vieram logo depois em 1982. Portanto, o fato do México ter recorrido a uma instituição internacional, caracterizou o fim de quase meio século de um Estado desenvolvimentista que *asumió labores de empresário y se convirtió en protagonista directo de los procesos productivos e sociales [...] resultado de las necesidades Del desarrollo capitalista y de la ausencia de un eje dinamico nascido de una burguesia fuerte* (OLIVA, 2001. p.62), ou seja

de um Estado que empregou capital durante décadas, em setores onde as classes capitalistas locais não queriam se aventurar, com objetivo de desenvolver as forças produtivas locais e trazer o tão almejado desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo atenuar as discrepâncias sociais (apud GUERRERO, 1989).

### **3.3 Privatizações no México, 1982 - 1999**

Os condicionantes impostos pelos socorros financeiros do FMI, a proximidade geográfica e a influência política dos Estados Unidos, que somados as transformações na estrutura competitiva capitalista ocorrida na década de 70, influenciaram de modo decisivo o processo de liberalização econômica no México promovidas pelo governo Miguel de la Madrid Hurtado (1982-1988) logo nos primeiros anos de governo. Logicamente todos esses fatores que forçaram a mudança na postura política mexicana estavam intimamente ligados a um fim, a manutenção hegemônica estadunidense. Neste sentido, os mexicanos foram ponto chave da estratégia norte-americana, visto a proximidade geográfica, já citada, entre os dois Estados, além dos recursos naturais, força de trabalho e toda a estrutura produtiva ao redor desses fatores que o Estado havia construído ao longo dos últimos 40 anos. Portanto, a nova ordem política existente no México foi abrir caminho a livre circulação do capital estrangeiro em seu território, principalmente o capital norte-americano. E para que isso fosse possível, as privatizações simbolizaram o principal instrumento de flexibilização, desregulamentação e integração a nova ordem econômica mundial.

Ao longo da década de 80 o México foi um dos países mais penalizados pelo aumento desenfreado da dívida externa que assolou a América Latina. Em 1979 o montante devido pelo Estado mexicano era de aproximadamente USD\$ 42,7 bilhões esse valor passou para USD\$ 109,4 bilhões em 1987<sup>14</sup>, isto é, em apenas oito a dívida externa mexicana quase triplicou e esta explosão conduziu o Estado a assinar ao longo da década três cartas de intenções junto ao FIM comprometendo-se em reestruturar a economia em troca de socorros financeiros. Dentre as obrigações contidas no acordo financeiro estavam o corte nos gastos públicos, bem como a sensível diminuição da participação governamental no setor produtivo e também no mercado financeiro. Neste sentido, conforme já mencionado, as privatizações foram o principal veículo da liberalização econômica no país.

---

<sup>14</sup> Fonte: Indicadores do Banco Mundial de 2006 (World Development Indicators 2006).

Passadas mais de duas décadas do início desta nova fase econômica o balanço da desestatização do México é o seguinte: Segundo, Pérez (2006) entre 1982 e 2001 foram privatizadas 935 propriedades estatais, onde inclui-se rodovias, portos, aeroportos, entre outras grandes companhias como exemplo a Telmex e a Sicartsa esta negociada por USD\$ 1,44 bilhões, a um montante total aproximado de USD\$ 31,5 bilhões de dólares, isto é, o Estado vendeu grande parte da infra estrutura logística, bem como os setores de telecomunicações onde incluem-se o sistema de telefonia e televisão, além do setor siderúrgico que historicamente sempre teve relativa importância na produção e comércio mexicano.

Como destacou Valencia (2004) a crise da dívida representou uma nova forma de inserção na economia mundial, sobretudo, ao que diz respeito a divisão internacional do trabalho. Pois como destacado anteriormente, desde meados do século XX o Estado mexicano sempre esteve empenhado no projeto nacional de desenvolvimento ancorado pelas substituições de importação. O cenário modificou-se para o México no momento em que o Estado não pode mais sustentar esse programa, entrou em crise e as privatizações de grande parte das empresas estatais ou paraestatais, não somente as grandes companhias como a siderúrgica supracitada, tornaram o Estado atraente pelo capital transnacional, geograficamente dada a proximidade com os Estados Unidos, além das características marcadas pelo perfil da mão-de-obra nos países semi-periféricos e periféricos do sistema mundial capitalista.

As indústrias maquiladoras, como ficaram conhecidas as empresas transnacionais que se instalaram na circunscrição geográfica mexicana, caracterizam-se segundo Valencia “*es el proceso industrial o de servicios destinado a la transformación, elaboración o reparación de mercancías de procedencia extranjera, temporalmente importadas*” (2004:142). Entretanto, esse processo por apenas fazer parte de um elo de montagem das cadeias mercantis é sustentado pelo uso intensivo de mão-de-obra de baixo custo em relação a outros pontos da economia-mundo, como por exemplo no centro, acesso relativamente fácil a matérias-primas abundantes e na conjuntura mexicana um Estado economicamente debilitado, abrindo as portas ao livre fluxo de capitais e que estava privatizando grande parte de seu setor produtivo, passando ao setor privado toda a infra-estrutura necessária a acumulação de capital a preços de mercado abaixo dos reais valores como argumentam Blanch (2004), Pérez (2006) entre outros autores mexicanos.

Diferentemente do Brasil, onde ao final do mandato do presidente Cardoso encerrou-se os processos de desestatização, no México mesmo após toda onda liberalizante na América

Latina e até mesmo seu relativo insucesso quanto as promessas de trazer o desenvolvimento com estabilidade ao continente, o debate político acerca desta temática ainda é muito presente principalmente em torno dos hidrocarbonetos representados pela petroleira Pemex, que no México continuaram sob tutela estatal. O debate que circunda a defesa ou a privatização da Pemex trata justamente o tema da soberania nacional que pode ser garantida, segundo Blanch (2004) e Pérez (2006) somente pela manutenção desta estatal, visto que ainda há 85% de petróleo em território mexicano ainda não explorado e somente esta empresa representa em torno de 10% do Produto Interno Bruto mexicano. Por outro lado, desde que entrou em vigor em 1994 o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) ou NAFTA, o México sofre pressões políticas dos Estados Unidos e das empresas petrolíferas transnacionais para a flexibilização e liberalização das explorações das reservas sob o argumento da entrada maciça de investimentos no país (Cortés, 2008), mas por uma questão constitucional a quebra do monopólio estatal do setor ainda não foi possibilitada. Por outro lado, politicamente é o que se tem discutido entre os governantes mexicanos, e como apontou Páramo (2008) esse processo político pode representar um paulatino meio de desestatização e desnacionalização, por consequência, a perda do monopólio extrativo das reservas de hidrocarbonetos.

### **3.4 Reestruturação econômica no Brasil pós-1930 até 1980**

A crise na economia-mundo capitalista de 1929 seguida da “Revolução” política de 1930 no Brasil, que pôs fim as política café com leite, foram fatores chaves para uma guinada nas políticas industriais no Estado brasileiro. Assim como no México, os reflexos econômicos da crise mundial, dada a enorme dependência de bens importados, desencadeou uma nova postura política pautada na busca do desenvolvimento baseado a substituição de importações de bens de consumo e bens de consumo duráveis, ou seja, o cenário econômico mundial instável deu condições ao Estado brasileiro de se estruturar política e economicamente alinhado a um projeto de desenvolvimento capitalista industrial.

Entretanto, antes, pela primeira vez, o Estado brasileiro a canalizar as decisões políticas econômicas para ações de interesses de desenvolvimento de caráter nacional, fato este que é visível no período que compreende 1930 até 1945 onde o governo Vargas arquiteta toda a estrutura burocrática nacional, com a criação dos órgãos com atividades específicas e

institutos responsáveis pelas políticas de fomento, comercialização e regulamentação principalmente no setor agrícola<sup>15</sup>.

Este mesmo período, como muito bem descreveu Beverly Silver (2005) sobre a luta entre a classe trabalhadora e o capital, o governo brasileiro ao posicionar-se de modo a fomentar a reprodução do capital em território nacional deparou-se frente a formação e ao mesmo tempo o fortalecimento da classe trabalhista. Neste sentido o governo Vargas habilmente tutelou essa classe, instituindo uma série de benefícios, entre elas a regulamentação salarial e da jornada de trabalho, completando em 1943 com a Consolidação das Leis Trabalhistas. Ou seja, com a “estatização da luta de classes, no sentido de regulação da relação capital-trabalho” (DRAIBE, 1985.p.98) o governo brasileiro removeu definitivamente os obstáculos ao desenvolvimento capitalista industrial no Brasil que se configurou nos anos subseqüentes.

Segundo Tavares (1975) o grande período transcorrido entre guerras, o qual esteve a grande depressão, foi fundamental para que o modelo tradicional exportador brasileiro entrasse em crise e emergisse novas atividades produtivas focadas à demanda interna. Neste caso a ossatura política deixada por Vargas (1930 -1945) deu condições as políticas substitutivas de importação baseadas na diversificação industrial e numa demanda interna crescente, ou seja, “permitiu a ampliação das oportunidades de investimento e, em conseqüência, a manutenção e mesmo a aceleração da taxa de crescimento econômico durante longo período” (TAVARES, 1975.p.67).

Até o início da II Guerra Mundial a economia brasileira expandiu-se aproveitando uma ampla capacidade ociosa das forças produtivas e a capacidade produtiva instalada, sobretudo com relação aos bens de consumo, antes todos importados. Com o início dos conflitos bélicos, a alteração no panorama econômico internacional conduziu o Brasil, seguindo a tendência dos países latino-americanos, a focar a política econômica desenvolvimentista na produção da indústria pesada. É nesta fase portanto, que surgem a indústria de siderurgia de Volta Redonda em 1946 e anos mais tarde em 1954 a indústria petroquímica Petrobrás. Cabe destacar, que as políticas de exportação não foram abandonadas neste período de crescimento econômico. As políticas de exportação não eram prioritárias assim como a de substituição de importações, mas eram tão fundamentais quanto. Ao final da guerra, o Brasil já havia um volume de exportações similar ao período anterior ao confronto. Os altos preços das commodities beneficiaram o país, que com políticas de múltiplas taxas cambiais deram

---

<sup>15</sup> Ver Draibe (1985)

continuidade aos avanços substitutivos, agora com ênfase no setor de bens de consumo duráveis (TAVARES,1975).

Mas foi ao final dos anos 50, com o Plano de Metas do então presidente Juscelino Kubitschek que o Brasil de fato avançou industrialmente. O plano constituiu uma continuidade no processo de substituição de importações com o objetivo de concluir o projeto desenvolvimentista brasileiro, ou seja, findar a fase de atraso econômico brasileiro e transportar tal economia ao patamar de economia desenvolvida, completando assim o ciclo iniciado vinte anos antes. Os recursos que alavancaram essa política vieram do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico BNDES, mas principalmente de empréstimos internacionais e incentivos aos investimentos externos diretos, sendo que os investimentos do Estado passaram a concentrarem-se principalmente nos setores de energia e transportes, isto é, na ampliação da estatal petroquímica Petrobrás, criação de usinas de geração de energia, a expansão da indústria siderúrgica e a expansão da malha viária no país. Em resumo, o Plano de Metas tinha como ponto central de sua política integrar verticalmente o parque industrial brasileiro (LESSA, 1982). Ao final do governo Juscelino, o balanço relativo ao plano de metas foi um crescimento econômico médio de 7,9% ao ano decorrente dos investimentos estrangeiros e a articulação de um sistema industrial fortemente integrado sobretudo com relação a indústria de bens de capital e de insumos básicos, ou seja, segundo Lessa (1982) a economia brasileira chegou neste período ao status de economia madura, entretanto, a graves custos, um enorme endividamento externo, um agravamento das desigualdades internas no país, tanto na geografia produtiva do país quanto socialmente com o distanciamento ainda maior entre pobre e ricos.

Os anos subseqüentes foram marcados pelos reflexos da ousada política industrial anterior, passando por períodos recessivos, com inflação e parcelamento da dívida externa. Somente em 1967, sobre o governo dos militares instaurado no golpe em 1964 é que o país voltou a crescer a altas taxas. Como apontou Lago (1990) a evolução ocorre com base na indústria e produtividade ociosa existentes decorrente ao período recessivo de anos anteriores. O novo dinamismo econômico no Brasil deveu-se aos fortes investimentos nos setores públicos e privados, com base nas importações de máquinas e equipamentos, grandes incentivos às exportações via políticas de crédito e câmbio, e também pela pujante demanda interna estimulada pelas políticas do governo. Durante os anos de 1967-1973 o Brasil cresceu a uma taxa média de 10% ao ano, com grande destaque a indústria de bens de capital, bens de consumo e as força e influência das Estatais brasileira com sua forte expansão e influencia econômica.

Os seis anos do chamado milagre econômico foram o período de maior expansão e proliferação das empresas estatais brasileira, foram criadas 231 empresas, sendo 175 de serviços, 42 na área industrial, 12 empresas na área de mineração e 2 no setor agrícola<sup>16</sup>. Essa expansão similarmente ao México ocorreu muito em setores específicos os quais o capital privado não tinha nenhum interesse em investir, ou por falta de interesse ou por impossibilidade (Apud. Suzigan, 1976), foram os setores de telecomunicações, eletricidade, entre outros.

Assim como em períodos anteriores de crescimento econômico, essa expansão do setor público brasileiro apresentou sua contra-face, as fontes de financiamento. A grande expansão da liquidez mundial, as baixas taxas de juros (entre as décadas de 60 e início dos anos 70) oriundas da expansão material no centro da economia mundo capitalista serviram para impulsionar os ambiciosos projetos desenvolvimentistas da periferia e com esses empréstimos passaram a cobrir o déficit governamental brasileiro e também serviam como financiamento direto as empresas brasileiras. Segundo Lago (1990) entre 1967 e 1973 a dívida externa líquida cresceu a taxa de 9,6% ao ano, sendo que o caráter desta foi composta por 26,9% de participação dos empréstimos privados em 1967 e 64,1% em 1973. Isso estava ligado a forma de estímulo por parte do governo brasileiro às inversões privadas.

Os projetos nacionais de desenvolvimento que se iniciaram ainda nos anos 30 e culminaram com o milagre econômico entre os anos de 67 e 73, deram lugar a partir de 1974 com crise de acumulação capitalista a um período de recessivo e de grande endividamento externo que fizeram com que o Brasil, bem como o México entrassem em um período de baixo crescimento econômico e políticas voltadas quase que em caráter exclusivo de pagamento de dívidas e juros.

### **3.5 As privatizações no Brasil, 1980 - 1999**

O Brasil iniciou os anos 80 sentindo fortemente os reflexos do segundo choque do petróleo e o aumento dos juros americanos, sendo os ajustes recessivos uma das únicas formas de controle das contas nacionais desequilibradas pela crise da dívida. Entre 1981 e 1983 o PIB brasileiro encolheu 2,2% ao ano e em contra-partida o pagamento de juros praticamente dobrou no mesmo período saindo de USD\$ 7 bilhões para USD\$ 13,5 bilhões em 1982. Portanto, o quadro conjuntural com o qual o Brasil se deparou no início da década e

---

<sup>16</sup> Ver Lago (1990) IN: Ordem do Progresso.

que se perpetuou ao longo desta foi de forte recessão econômica, altos índices de inflação e aumento imensurável da dívida externa. Esses foram fatores, sem dúvida que influenciaram na decisão dos governos seguintes em pedir auxílio financeiro ao Banco Mundial e ao FMI e com isso seguir as orientações ortodoxas de políticas macroeconômicas.

As privatizações no Brasil de fato se consolidaram nos anos 90 no governo Fernando Henrique Cardoso, e surgiram com o intuito de conseguir uma maior estabilidade econômica e ao mesmo tempo buscar maiores investimentos à economia. Portanto, como argumentou Pinheiro (2000), essa política foi uma resposta aos problemas macroeconômicos brasileiros de curto prazo ocasionados por problemas fiscais.

Independentemente dos problemas que impulsionaram a prática desestatizante, esta fechou depois de 20 anos de política com uma receita de USD\$ 83 bilhões com a venda de aproximadamente 170 estatais, entre elas foram privatizados portos, ferrovias, estradas, telecomunicações o setor de energia elétrica, entre outros (Op. Cit.2000).

Em meio ao auge da crise econômica na América Latina no início dos anos 80, as privatizações entraram de fato na agenda de medidas do governo, entretanto, com menor ênfase em relação as demais políticas macroeconômicas adotadas no período na tentativa de amenizar os efeitos da crise e também em relação aos governos sucessores, principalmente os da década seguinte. Neste período as desestatizações tiveram portanto um caráter mais secundários onde o governo preocupou-se em evitar o aumento e a criação de estatais. Segundo o BNDES<sup>17</sup>, o qual participou da maioria dos processos de privatizações no país, nesta primeira tentativa foram efetuadas 20 transferências para o setor privado, entre as quais não havia nenhuma das grandes estatais brasileiras.

O governo Sarney (1985-1989) a política seguiu o mesmo ritmo do governo anterior, entretanto foram notórias as disputas políticas tanto em prol da defesa do patrimônio nacional quanto a favor da abertura da economia a entrada das multinacionais. Isso ficou evidente na constituição de 1988 que manteve seu caráter de defesa nacional ao que tange os monopólios estatais das telecomunicações, energia, petróleo e mineração. Mas, esse caráter nacionalista durou apenas um ano, já em 1989 uma medida provisória eliminou as barreiras impostas as privatizações e o governo Sarney concluiu esta fase com a venda de 17 estatais entre elas a “Eletrosiderúrgica Brasileira (SIBRA), a maior empresa produtora de ferro-ligas à época; Aracruz Celulose, uma das mais importantes do setor” (VELASCO JUNIOR, 1997.p.9). Ao final do governo Sarney, segundo apontamentos de Grindle e Thomas (Apud. 1991) foi

---

<sup>17</sup> Ver em Pinheiro, 2000.

evidente a força de elites locais e internacionais na tomada de decisões políticas, ou seja, desempenharam um papel crucial na prática desestatizante, inclusive com o apoio do BNDES, o qual foi criado para fomentar o desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

No ano seguinte, Collor, também sob medida provisória criou o Programa Nacional de Desestatização PND concedendo um caráter prioritário esta ação política. Durante seu curto mandato houve 16 processos de privatização com uma arrecadação de USD\$ 3,9 bilhões. Contudo a transferência que mais chamou a atenção a época foi a desestatização da Usiminas que com um faturamento anual aproximado de USD\$ 1 bilhão foi transferida ao setor privado por USD\$ 1,9 bilhões. A venda desta companhia à época deu-se via bolsa de valores e serviu como um modelo de desestatização para os processos subsequentes que existiram no Brasil (VELASCO JR, 1997:24-26).

Seguindo os mesmos passos de Collor, Itamar Franco deu continuidade às metas de privatizações no governo, mesmo sob um cenário político-econômico nebuloso<sup>18</sup>. Neste sentido, prosseguindo aos moldes de desestatização Usiminas o governo logo vendeu as estatais Ultrafértil – do setor petroquímico que pertencia à Petrobrás – e a Companhia Siderúrgica Nacional CSN. O balanço final do PND em 1993 foram 8 processos de desestatização a um montante de USD\$ 3,5 bilhões sendo as maiores empresas privatizadas as duas últimas supracitadas (Op. Cit. 1997).

Mas é realmente a partir de 1996 com Fernando Henrique Cardoso que os processos de privatização ganham força no país. Como destacou Modiano (2000), as quebras dos monopólios constitucionais foram fundamentais para a aceleração e a conclusão dos processos de privatizações das estatais brasileiras.

Segundo relatório do BNDES<sup>19</sup> entre os anos de 1995 e 2000, ano em que se concluiu o programa, foram arrecadados com as vendas de rodovias, privatização do sistema telefônico e a Companhia Vale do Rio Doce entre outras estatais de menor porte aproximadamente USD\$ 7,7 bilhões.

Portanto, segundo o Relatório de Atividades de 2005 do Programa Nacional de Desestatização, ao longo de toda década de 90 onde o processo de privatização passou a fazer parte do programa político econômico brasileiro o saldo final das privatizações no Brasil foi a negociação de 71 estatais a um montante de aproximadamente USD\$ 40 bilhões. Entre as

---

<sup>18</sup> A rede política de apoio ao PND de Collor continuou a prevalecer em relação as forças que desejavam a suspensão e a revisão de tais processos [...] (Velasco Jr.,1997,p.34)

<sup>19</sup> Ver em BNDES: PND – Histórico do Programa.

grandes privatizações, as que mais chamaram a atenção foram desestatizações do setor mineral, siderúrgico e grande parte do setor energético brasileiro.

### 3.6 Comparativo dos processos de privatizações entre México e Brasil:

O quadro comparativo abaixo sobre os processos de desestatizações de México e Brasil são parte do exercício metodológico que consiste em fazer uma análise comparativa da ação de um fenômeno atuando em dois Estados, entretanto, em períodos distintos<sup>20</sup> de uma mesma fase do sistema mundial capitalista. Sendo este exercício de fundamental importância para que se possa fazer adiante uma análise mais específica ao que tange as particularidades inerentes a cada Estado na utilização desta política.

	México	Brasil
<b>Principais motivos que conduziram ao processo de desestatização:</b>	Crise capitalista manifestada no México sobre crise da dívida e excessivos gastos governamentais.	Crise capitalista manifestada no Brasil sobre os excessivos gastos governamentais e obsolescência do parque industrial nacional.
<b>Auge das políticas de privatização:</b>	Final dos anos 80 até meados dos anos 90	Anos 90, com ênfase a segunda metade da década.
<b>Total de empresas e montante arrecadados:</b>	935 empresas estatais e paraestatais; USD\$ 31, 5 bilhões.	170 estatais brasileira que somaram USD\$ 83 bilhões.
<b>Principais setores privatizados:</b>	Logística, Telecomunicações, Telefonia, Siderurgia e Bancos.	Logística, Telefonia, Siderurgia, Mineradoras, e Bancos.

**Quadro 1 – Comparativo dos processos de privatização entre México e Brasil.**

Fonte: o autor

A priori o que se pode perceber é que os mesmos fatores, isto é, a crise da dívida e os excessivos gastos públicos inclinaram ambos Estados a aderirem as recomendações políticas as quais estavam as privatizações. Entretanto, cabe aferir, conforme Velasco (2007), que esses fatores, assim como a crise da elevação das taxas de juros americana, isoladamente ou observadas de maneira superficial, não justificam ou não explicam em nada a mudança de postura dos Estados. É preciso, neste caso, utilizar-se de lentes que permitam observar uma estrutura posta e desenvolvida em longo prazo e isso justifica neste caso toda a necessidade de

<sup>20</sup> Faz-se referência ao auge da implementação das privatizações em cada Estado.

observar o processo de construção e desconstrução dos respectivos Estados mexicano e brasileiro para a partir disso entender que o que conduziu esses a adotarem os processos de privatização foram os respectivos esgotamentos dos modelos políticos e econômicos de cada um e ao mesmo tempo um esgotamento também do modo de reprodução do capital que encontrou nesses países uma saída para a transferência das pressões competitivas interempresariais e a partir disso uma forma clara de perpetuação hegemônica neste caso específico do Ciclo Sistêmico Norte-Americano.

Outro fator que merece um olhar mais aproximado é o período denominado como o auge dos programas de privatização, pois é evidente, conforme o quadro a cima, a existência de um hiato temporal entre o processo mexicano e brasileiro. Isso pode ser explicado dadas as particularidades de cada Estado, isto é, deve ao modo que cada um atuou na tentativa de superação da crise econômica dos anos 80. Com relação ao México, Oliva (2001) aponta que este deu um impulso definitivo aos processos de desestatização após a assinatura de sua segunda carta de intenção junto ao FMI, mas principalmente depois que as negociações para a implantação do TLCAN estavam já bem avançadas. Por outro lado, o caso brasileiro difere um pouco e pode-se dizer que é um pouco mais tardio em relação ao outro, pois a década de 80 mesmo tendo sido muito conturbada economicamente, havia no país as questões constitucionais, visto que pelo fim do período militar, o país resolveu esta questão em 1988 e nesta ficou explícita a responsabilidade monopolística do Estado sobre determinados setores. O panorama mudou a partir de 1995 com o então presidente Cardoso que com medidas provisórias alterou a legislação possibilitando assim a concretização do Programa Nacional de Desestatização que existia desde os primeiros anos da década de 90.

Portanto como já fora mencionado, o saldo final das privatizações de ambos os casos analisados foi a venda de inúmeras estatais, desde rodovias até grandes companhias siderúrgicas e minerais detentoras de direitos de exploração de recursos naturais e nos dois Estados justamente as privatizações destas grandes companhias foram alvo de muitas críticas, por dois aspectos: primeiro com relação ao preço de venda das companhias, como foi o exemplo da Companhia brasileira Usiminas que foi leiloada a USD\$ 1 bilhão sendo que seu faturamento anual era em torno de USD\$ 1,9 bilhões a época e segundo a quebra dos monopólios estatais com as privatizações no México fizeram com que o capital estrangeiro se instalasse aproveitando-se de uma capacidade já instalada sem a necessidade de desenvolver uma “tecnologia nacional” e com isso tornou os postos de trabalhos gerados cada vez menos qualificação tecnicamente e conseqüentemente com baixos níveis salariais. O resultado portanto, foi uma aceleração da expansão do capital transnacional as expensas da debilidade

dos Estados periféricos como um meio de garantir a reprodução do capital no sistema mundial capitalista.

## CAPÍTULO 4 – INFLUÊNCIA DAS PRIVATIZAÇÕES SOBRE INDICADORES MACROECONÔMICOS

Neste capítulo tem-se a pretensão de fazer um exercício analítico de dados macroeconômicos do México e do Brasil que explicitam os períodos da crise econômica, aplicação das políticas neoliberais e, por conseguinte, as privatizações, isto é, o período que compreende entre a década de 1970 ao ano 2000. A necessidade desta reflexão justifica-se, pois a pesquisa depara-se com dois Estados com trajetórias similares que reagiram com sutil distinção em períodos não coincidentes de uma mesma crise financeira capitalista.

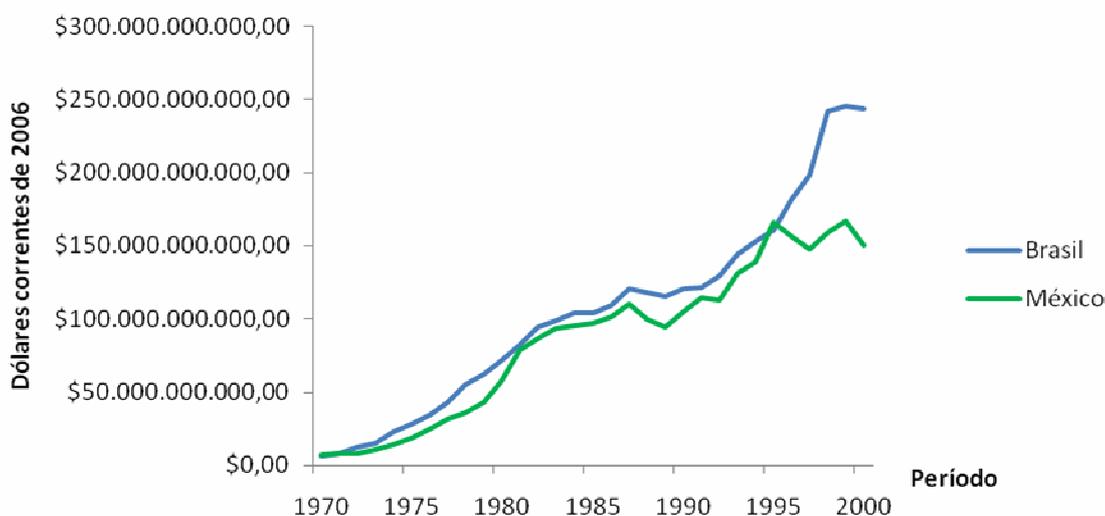
Utilizando-se dos métodos comparativos propostos nesse trabalho, buscar-se-á captar as singularidades e discrepâncias existentes entre Brasil e México ao longo da trajetória que conduziu aos processos das privatizações, como também buscar comparativamente referenciar ambos Estados com relação ao centro da economia-mundo capitalista, que aqui está representado pelos dados econômicos dos Estados Unidos. Os dados que servirão de base para esta reflexão são dívida externa total, despesas governamentais, investimento externo direto (IED) entrada e saída, importações de bens e serviços, taxa de câmbio em relação ao dólar americano e PIB per capita<sup>21</sup>.

Conforme citado anteriormente neste trabalho, os maiores motivos pelos quais México e Brasil incluíram as privatizações nos programas governamentais foram a crise da dívida externa, os excessivos gastos públicos e o atraso econômico em relação aos Estados vistos como desenvolvidos, problemas estes agravados pela crise no sistema mundial capitalista culminado pelas medidas de ajuste econômico norte-americana na virada das décadas de 1970 para 1980. Como pode ser observado na figura 1, ambos Estados seguem ao longo das duas primeiras décadas, pelo menos até 1987, uma similaridade na escalada da dívida total externa e isso demonstra um possível indicativo de tendência dos Estados periféricos do sistema-mundial capitalista dadas as características econômicas desse que neste período eram de

---

<sup>21</sup> Ciente de que inúmeras variáveis agem sobre todos esses indicadores econômicos, não se tem a pretensão aqui de supor ou de fazer qualquer alusão de que as privatizações determinaram ou conduziram a economia brasileiro e mexicana por uma ou outra via. Ou seja, abordar tal assunto isolando a variável desestatização seria incorrer em um erro primário. A pretensão aqui é modesta, isto é, apenas tentar advertir que as privatizações também colaboram com a composição desses dados macroeconômicos, diferentemente do que observamos nos debates que circundam o assunto, que geralmente tratam das eficiências dos agentes e dos ganhos tecnológicos.

grande liquidez financeira e juros baixos com vultosos fluxos de capitais do centro para a periferia (Arrighi, 1996).



**Figura 1: Dívida Externa Total: México e Brasil (1970 – 2000).**

Fonte: World Development Indicator 2006.

Os anos 80 e 90 são considerados pelas economias periféricas períodos de longo ajuste econômico<sup>22</sup>. Nesta fase, tanto o México com o comprometimento junto ao FMI, quanto o Brasil que seguiu fielmente as recomendações do Consenso de Washington pautaram suas políticas estatais no sentido de minimizar participação e interferência estatal na economia. Portanto as privatizações surgiram como um dos principais veículos que aceleradamente ausentou os respectivos Estados do setor produtivo. México e Brasil venderam companhias, empresas prestadoras de serviços, privatizaram estradas, ferrovias, portos e aeroportos, ou seja, toda a parte logística considerada fundamental para o escoamento da produção industrial seja ela destinada ao consumo interno ou externo. O argumento central das privatizações foram o corte de gastos, a diminuição da relação dívida/PIB e a então necessária realocação dos recursos existentes com conseqüente modernização econômica adequando-a à face do mercado mundial. Porém, conforme a figura 1 evidencia, ambos Estados tiveram respectivamente, logo após terem superado suas fases críticas da crise e iniciarem de fato os programas de privatização ocorreu um incremento mais acelerado do endividamento total

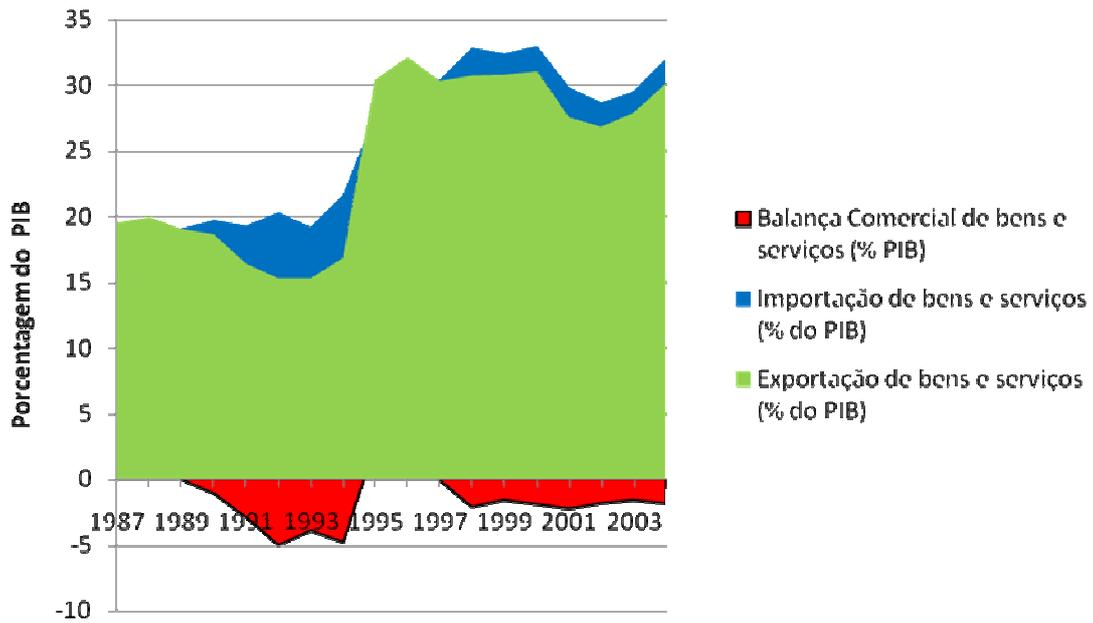
<sup>22</sup> Esse termo faz menção as políticas de adaptação a nova realidade política e econômica que os países periféricos se depararam nesse período. Isto é, políticas econômicas ortodoxas combinadas com abertura completa do mercado interno para capitais estrangeiros e empresas transnacionais.

externo comparado ao período anterior a efetivação de tal política<sup>23</sup>. Sob a óptica das desnacionalizações entende-se que esse aumento da dívida ocorreu em ambos Estados pela dependência dos capitais externos que obrigatoriamente foram remunerados paralelamente com facilidades de financiamento e pagamento pelas aquisições; concomitantemente a esses fatores, as respectivas saídas de capitais representadas pelo incremento no volume de importações que ocorreram devido à importação de tecnologias que foram trazidas para alavancar a nova dinâmica produtiva nesses Estados - que observando pela óptica periférica não necessariamente é vista como algo positivo na dinâmica do sistema interestatal. Ou seja, não obstante a desnacionalização de parte substancial do setor produtivo, o capital que entrou no Brasil e no México serviu para se auto-remunerar - pelas facilidades de pagamentos que existiram - e ao mesmo tempo retornar à origem em forma de importação de bens e serviços e principalmente de lucros. Isso é evidente ao observar as próximas figuras do México e Brasil respectivamente.

Com relação aos efeitos das privatizações, o saldo da balança comercial, fica evidente o comentário anterior sobre as importações ao observar as figuras 2 e 4, que correspondem a balança comercial de bens e serviços mexicana e brasileira respectivamente. Coincidentemente ambos Estados no período correspondente aos processos de privatizações estavam com suas moedas valorizadas em relação ao dólar (ver figuras 3 e 5) o que naturalmente força uma tendência de aumento das importações de bens e serviços. Entretanto, as desestatizações tanto no México como no Brasil foram acompanhadas de uma maciça importação de tecnologias, o exemplo que deixa isso mais evidente é o processo de privatização das companhias telefônicas Telmex e Telebrás. Que garantiu as empresas adquirentes um refluxo dos capitais previamente investidos e a manutenção dos monopólios tecnológicos dado que estas empresas não precisaram comprar de outras empresas ou desenvolver novas tecnologias nas novas sedes - neste caso no México e Brasil - e com isso despendem capital.

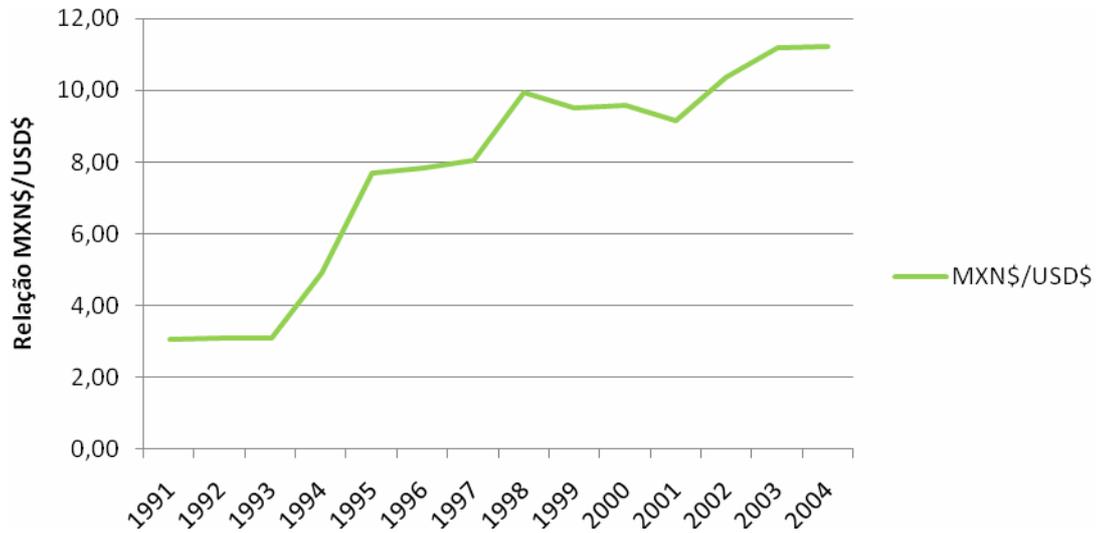
---

<sup>23</sup> O México teve no período das privatizações entre 1987 e 1995 uma escalada da dívida externa semelhante ao aumento referente aos anos mais críticos da crise, o início dos anos 80, onde as obrigações dobraram em quatro anos. Já o Brasil teve um incremento mais estável da dívida ao longo dos anos 80 com um acréscimo aproximado de 67,6% em dez anos, 6% maior apenas em relação ao incremento ocorrido na dívida nos anos considerados auge do programa nacional de desestatizações 1994 - 1999.



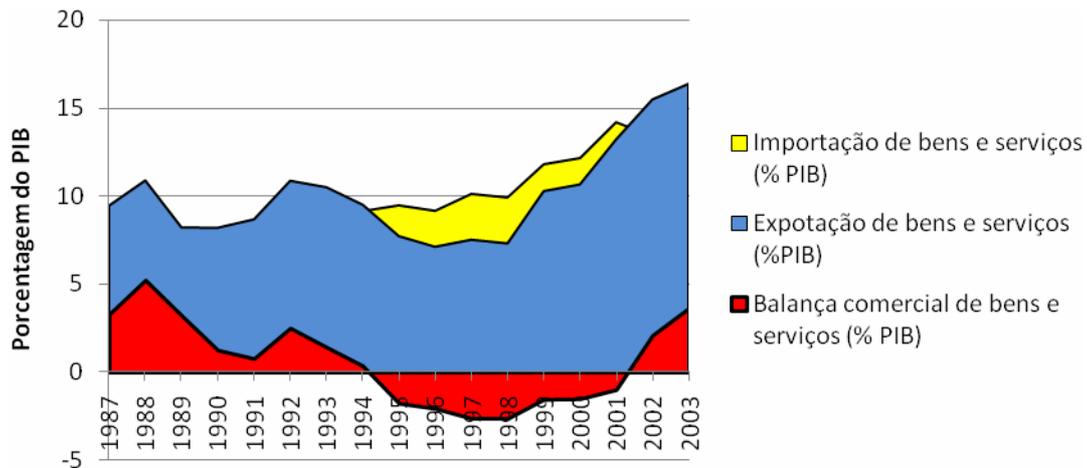
**Figura 2: Balança comercial mexicana de bens e serviços (1987 – 2003).**

Fonte: World Development Indicator 2006.



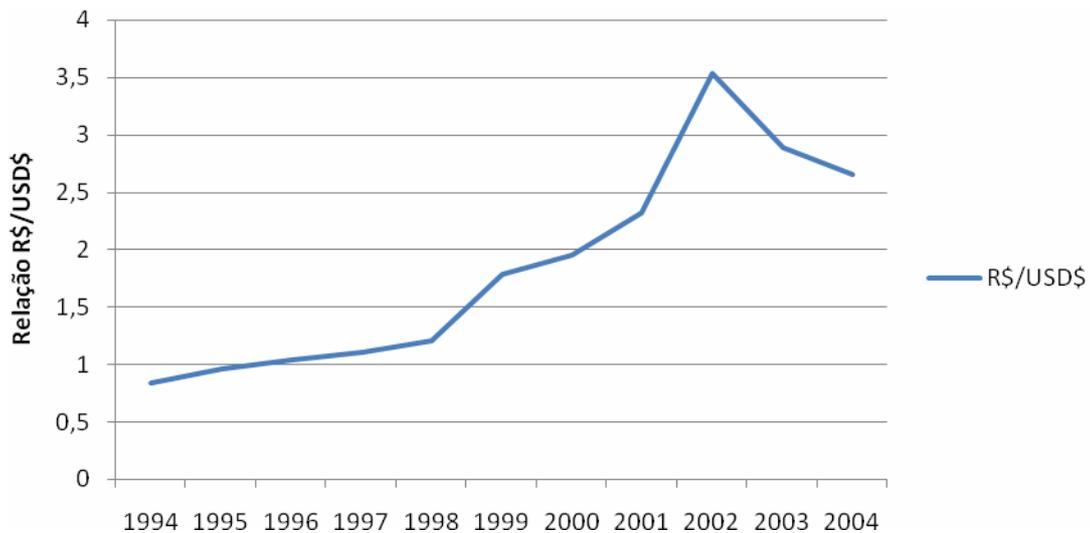
**Figura 3: Taxa de Câmbio Peso mexicano / dólares americanos (1991 – 2004)**

Fonte: Banco de Mexico



**Figura 4: Balança comercial brasileira de bens e serviços (1987 – 2003)**

Fonte: World Development Indicator 2006.



**Figura 5: Taxa de Câmbio Reais / Dólares americanos (1994 – 2004)**

Fonte: IPEA

Ao compasso do aumento das obrigações internacionais, as despesas totais de cada Estado permaneceram a certo modo estáveis, ou seja, conforme os objetivos centrais que balizavam as privatizações estes gastos deveriam diminuir visto o enxugamento do aparelho estatal. Isso não ocorreu de fato com México e Brasil (ver tabela 1 abaixo).

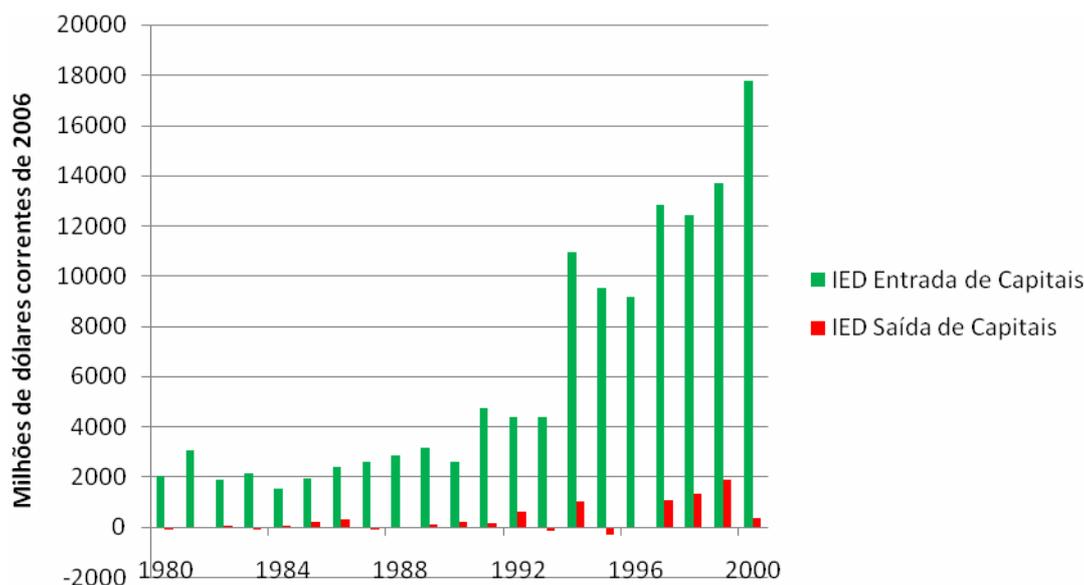
<b>Porcentagem das despesas governamentais em relação ao PIB de cada Estado</b>		
<b>Período</b>	<b>México</b>	<b>Brasil</b>
<b>1990</b>	16,82	34,19
<b>1991</b>	13,72	23,47
<b>1992</b>	13,35	28,48
<b>1993</b>	13,50	36,51
<b>1994</b>	13,66	32,91
<b>1995</b>	14,96	..
<b>1996</b>	14,42	..
<b>1997</b>	15,23	23,85
<b>1998</b>	13,95	26,21
<b>1999</b>	14,92	..
<b>2000</b>	15,44	..

**Tabela 1 – Despesas Totais Governamentais (% do PIB).**

Fonte: World Development Indicator 2006.

Talvez não exista precisamente um ponto comum que aproxime o nível das despesas governamentais com as privatizações, mas é evidente que a conjuntura vivida por ambos Estados naquele período forçou em certa medida estes a continuar despendendo recursos para atrair investidores e ao mesmo tempo remunerar os capitais que entraram nos respectivos Estados.

Com relação e entrada e saída de capitais, tanto México como Brasil viveram uma fase de forte ingresso de capitais ao longo dos programas de desnacionalização. Entretanto o México talvez pela maior subserviência econômica e proximidade geográfica com os Estados Unidos seja um caso particular, ao contrário do Brasil que teve as maiores entradas de capital justamente nos anos do governo Cardoso em que o PND foi acelerado.

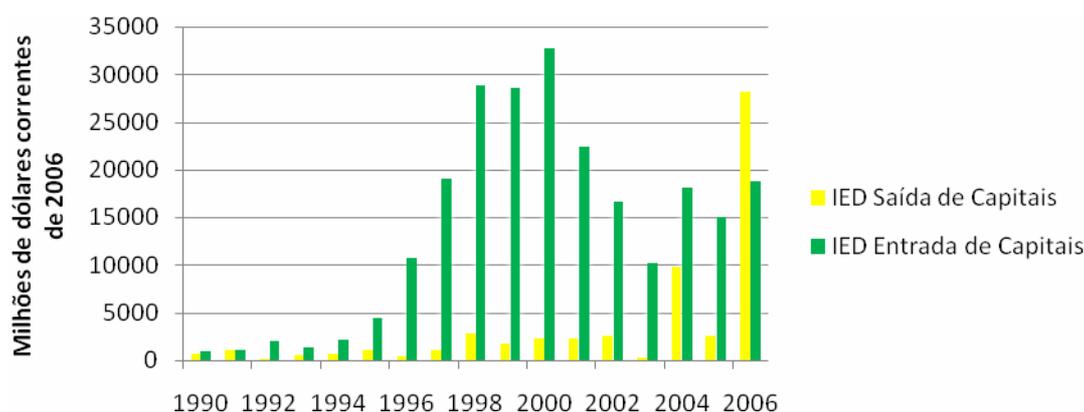


**Figura 6: Investimento Externo Direto no México: entrada e saída de capitais (1980 – 2000)**

Fonte: World Development Indicator 2006.

De acordo com a Figura 6, comparativamente em relação ao caso brasileiro (Figura 7), o período de maior ingresso de capitais no México não coincide com o auge das políticas de privatização, isso talvez, deva-se ao fato de que os anos que marcaram o auge das privatizações mexicanas – entre 1988 e 1994 – o TLCAN ainda não estava consolidado, apesar do ingresso de capitais das empresas transnacionais americanas ter iniciado nos anos de 1960. Isso vai ao encontro do que Valencia (2004) mostrou com muita propriedade sobre a transformação da indústria mexicana nas indústrias maquiladoras que vem crescendo mais intensamente na última década aproveitando-se da dinâmica da divisão do trabalho que impõe aos mexicanos uma situação de altos níveis de produtividade com baixos salários empregados numa produção não geradora de tecnologias e desprovida de qualquer tipo de retorno financeiro ao próprio Estado ou população.

Em situação distinta, o Brasil teve seu ápice de ingresso de capitais ao longo do PND entre os anos de 1994 e 1999 (ver Figura 7).



**Figura 7: Investimento Externo Direto no Brasil: entrada e saída de capitais (1980 – 2006)**

Fonte: World Development Indicator 2006.

Isso se deve a forte abertura de mercado e aos volumes de capital que entraram no Brasil com as privatizações<sup>24</sup>, mas como dito anteriormente, esse capital logo escoou à sua origem com as importações e as remessas de lucros enviados ao exterior que aumentaram sensivelmente a partir de 1998, dois anos antes da conclusão do programa.

Todas essas séries econômicas serviram até aqui para mostrar que as privatizações não cumpriram com a “promessa” de que, combinada com as demais políticas propostas pelo Consenso de Washington, iriam trazer o desenvolvimento, ou em outras palavras, aproximar ao menos Estados como México e Brasil (considerados pela “economia popular” divulgada pela mídia como países emergentes), dos países desenvolvidos.

Todavia, a “promessa” do desenvolvimento não se concretizou e ocorreu, na verdade o oposto. Estados periféricos como o mexicano e o brasileiro se revelaram cada vez mais frágeis economicamente e, por conseguinte, mais distantes e sem chances de alterarem seus *status* frente à pirâmide interestatal da economia-mundo capitalista. Isso acontece até mesmo em períodos de caos sistêmicos como o que vivemos atualmente e a colaboração das desestatizações podem ser justificadas da seguinte maneira: a) perda do controle produtivo por parte dos respectivos Estados; b) entrega da exploração dos recursos naturais a agentes transnacionais; c) reforço da ossatura da divisão internacional do trabalho na reprodução do sistema.

Com relação ao primeiro ponto entende-se, pela longa estrutura que moldou o sistema mundial capitalista desde o século XV, que os Estados sempre tiveram às mãos o domínio,

<sup>24</sup> Como comentado no capítulo sobre as privatizações foram USD\$ 83 bilhões de dólares que ingressaram no Brasil com as desestatizações.

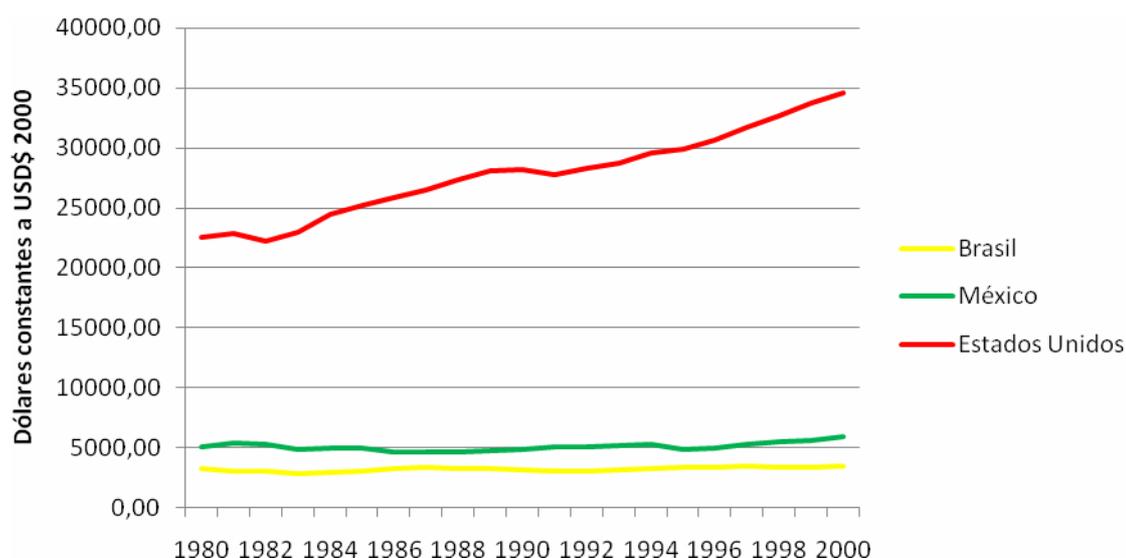
isto é, um controle efetivo sobre o que era produzido e comercializado dentro de seu território nacional. Não necessariamente que o Estado fosse o produtor, mas faz-se alusão ao controle sobre o que é desenvolvido e produzido. Isso se repetiu ao longo dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, desde as Cidades-Estados Italianas com o controle das rotas comerciais, das feiras e finanças que existiam à época; com a existência da Companhia das Índias Orientais, onde esta agia como um braço do Estado holandês para que fossem mantidas as fontes de recursos que garantiam ao Estado a hegemonia do sistema interestatal; isso não foi diferente nos dois últimos ciclos sistêmicos, o inglês e o atual americano, que teve justamente na transnacionalização das corporações o meio de assegurar sua hegemonia sistêmica. Portanto é neste aspecto que tanto Brasil quanto México abriram mão de sua soberania ao privatizarem companhias importantes e até certo ponto estratégicas, como por exemplo, as companhias siderúrgicas e minerais. Obviamente, as privatizações conforme já dito, não foram o único responsável, houve também a entrada de corporações transnacionais sem a via desestatizante, mas definitivamente, o ponto central está em abrir mão de setores estratégicos ao capital estrangeiro em detrimento do nacional.

Não obstante a venda das empresas há também a venda do direito de explorar os recursos naturais contidos na geografia de um Estado, neste caso México e Brasil abriram mão de seus recursos em detrimento de um capital que sequer ficou, como mostraram os dados, por definitivo nos respectivos Estados, onde o direito de exploração pertence agora a uma corporação de um terceiro Estado, ou seja, abrir mão dos recursos naturais implicou em abrir mão de parte do território e estar sujeito a futuramente ter que importar tal recurso o qual virá do interior de seu território.

Por último e talvez o mais importante, ao menos para a Análise ASM, os efeitos que as privatizações podem causar à divisão internacional do trabalho. Neste sentido, assim como nos demais pontos, as privatizações apenas colaboraram para reforçar ou agravar a situação periférica mexicana e brasileira. Pois, ao passo que esses Estados abriram mão de suas corporações, extração dos recursos, abriram mão também de uma classe trabalhadora menos sujeita aos efeitos danosos do capitalismo contemporâneo sobre esta classe. Isso justifica-se porque as empresas transnacionais que se instalaram em ambos Estados por si só, isto é, a “convite” estatal e não pela via desestatizante, vieram com suas respectivas infra-estrutura e tecnologias, entretanto sujeitas, pelo menos num primeiro estágio, aos níveis salariais estipulados pela concorrência nacional, que no caso de uma companhia produtiva estatal esta poderia ditar tais níveis do setor no país sem preocupar-se com os níveis internacionais. Porém, quando México e Brasil privatizaram estes tipos de empresas, as companhias

estrangeiras, além de toda uma infra-estrutura já instalada, aproveitaram-se dos bons níveis de qualificação da mão-de-obra local e passaram a barganhar, isto é, a nivelar os salários desta mão-de-obra aos patamares internacionais, e além disso como é do interesse dessas deixaram de gerar tecnologia própria, ou seja, toda a tecnologia que antes uma estatal desenvolvia passou a ser importado de outro Estado, quase sempre em caráter obsoleto aos padrões centrais da economia. Isso fez com que México e Brasil ficassem sem uma saída ou chance de alterar suas respectivas partes na divisão internacional do trabalho em relação ao todo da economia-mundo capitalista.

Os reflexos das perda da autonomia produtiva e a forma com que se aprofunda e reproduz a divisão internacional do trabalho reflete nas condições que cada Estado possui de controlar a riqueza nacional, que nas circunstâncias de México e Brasil este controle encontra-se cada vez menor. Como Arrighi (1996:344) apontou ao analisar a ascensão do Japão no sistema interestatal, o aumento da mobilidade de cada Estado dentro do sistema interestatal depende da capacidade de cada um de controlar a riqueza. Essa capacidade que denominamos de poder, pode ser medido pelo PIB per capita de um Estado. Neste caso, ao tomar como base os Estados Unidos que pertence ao que Arrighi (1996) denominou de núcleo orgânico do capitalismo – Estados de centro e em alguns casos semi-periféricos do sistema – que por sua vez tem grande poder e possibilidades para direcionar o sistema conforme seu interesse, observa-se pela Figura 8 que México e Brasil respectivamente estão cada vez mais distantes desse seletto grupo.



**Figura 8: Comparação entre o PIB per Capita: Estados Unidos, México e Brasil (1980 – 2000)**

Fonte: World Development Indicator 2006.

Ao relacionar os três Estados a toda conjuntura que passou ao longo dos vinte anos que a figura mostra, podemos aventar que o aumento da riqueza America nestes vinte anos deveu-se na primeira década pelo fluxo de capitais que migraram da periferia para o centro da economia-mundo naquele período. Já na década de 1990, a expansão ocorreu pelo aproveitamento da abertura dos mercados periféricos e a forte expansão das corporações americanas que dessa forma garantiram a acumulação de capital nos Estados Unidos. Enquanto isso, tanto México como Brasil, ficaram as duas décadas caminhando entre os ajustes econômicos para pagamento de dívidas e uma abertura econômica com a perda do controle da riqueza nacional acelerado pelas privatizações.

## CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se a relação que existe entre um período de crise de acumulação de capital no sistema capitalista e as políticas de privatizações, bem como as conseqüências desta política na dinâmica competitiva interestatal. Em outras palavras, a crise no padrão de acumulação capitalista induziu Estados mais influentes do sistema a buscarem outras alternativas para manterem o patamar de acumulação de capital; essa ação, por conseguinte, refletiu diretamente nos Estados periféricos (Brasil e México), primeiramente sob forma de descontrole da dívida externa e posteriormente com a adoção de políticas liberalizantes as quais estão as privatizações; e numa fase posterior, aqueles Estados mais fortes valendo-se da debilidade econômica desses Estados, para adquirir potenciais setores nesses territórios e com isso manter o caráter hierárquico do sistema favorável a si, visto cada vez menores as possibilidades de Estados como Brasil e México efetuarem qualquer manobra política ou econômica que ocasione um salto quantitativo e qualitativo no sistema interestatal. Ou seja, este pensamento está ancorado sob as relações temporais e espaciais os quais foram definidos como os objetivos centrais desta monografia – refletir acerca do fenômeno das privatizações no Brasil e no México de modo a compreendê-lo no tempo e no espaço sob a Análise dos Sistemas-Mundo.

Voltando-se a ossatura desta monografia, com relação ao modo de pensar o fenômeno das desestatizações, no segundo capítulo, sobre como as diferentes linhas de pensamento argumentam a respeito do tema, ficou evidente, a falta de uma reflexão de longo prazo, ou seja, uma ponderação que enquadrasse toda a concepção de formação e evolução do Estado nacional brasileiro e mexicano, para posteriormente fazer juízo acerca das privatizações. Por essa razão, houve a necessidade de redigir um capítulo que expusesse toda construção do Estado desenvolvimentista tanto do Brasil quanto do México (capítulo 3) e como esses Estados foram evoluindo e interagindo através das companhias públicas nos setores produtivos. Essa construção teórica proporcionou aproximar ambos Estados no sentido que se identificou basicamente as mesmas estratégias políticas de desenvolvimento, entretanto com algumas particularidades, estas com relação ao sistema, por exemplo, a forma que cada Estado fez para atrair os capitais internacionais, como cada um negociou a dívida externa e por fim como e em que período cada Estado deixou de atuar diretamente na economia.

Portanto, este primeiro exercício foi fundamental para visualizar como Brasil e México interagiram, dadas as particularidades de cada um, com o sistema.

Mesmo sendo esta interação nem sempre favorável a ambos Estados, como se evidenciou com as privatizações, que colaboraram para o aprofundamento das discrepâncias na pirâmide interestatal na medida em que, como dito ao longo dos capítulos, os dois Estados abriram mão de uma riqueza nacional - recursos naturais e mão-de-obra - em prol da atração do capital estrangeiro que sequer fixou-se, isto é, regressou discretamente à origem sob forma de pagamentos de juros e importações de tecnologias. Aqui cabe fazer uma observação, alterou-se o perfil estatal brasileiro e mexicano, entretanto a lógica de busca de desenvolvimento permaneceu a mesma: desenvolvimento pela atração do capital internacional.

Somado a essas condições, percebeu-se que ambos Estados após as privatizações perderam grande parte de suas autonomias produtivas, o que implicou diretamente na diminuição das respectivas capacidades tanto do Brasil quanto do México de ambicionarem alguma mudança favorável a si no sistema interestatal. Essas questões ficam claras pela pelo caráter desnacionalizante das privatizações, Brasil e México priorizaram a venda das estatais às corporações transnacionais, cedendo assim o espaço, o controle e direito à exploração dos recursos nacionais e ao mesmo tempo ficando a mercê da lógica das cadeias globais de valor e os respectivos reflexos à divisão internacional do trabalho, que caracterizam os Estados periféricos como não geradores de tecnologia e produtores de bens de consumo de segunda linha tecnológica, a reduzidos custos propiciados pelos baixos preços das matérias-primas, em geral abundantes, e os baixos salários pagos aos trabalhadores, que no caso especificamente brasileiro possui um nível de qualificação razoável. Obviamente, como já esclarecido, isso pode ocorrer sem que hajam as privatizações, mas no caso específico do Brasil e do México, onde o Estado tinha quase que total controle sobre a produção de bens de capital, energia e telefonia, por exemplo, esses Estados detinham a capacidade de controlar todos esses recursos e por conseguinte, tinham a possibilidade de revertê-los em situação de caos sistêmicos em pontos favoráveis a si na disputa capitalista interestatal.

Portanto, esta monografia foi fundamental para observar que Brasil e México fazem parte de uma lógica de acumulação, onde ao longo do século XX, esses Estados independentemente da via adotada para a busca do desenvolvimento foram sempre submetidos aos interesses centrais da economia-mundo. E neste sentido as privatizações vieram para reforçar estes interesses centrais, visto que a política surgiu, mesmo em períodos distintos, como “recomendação” tanto para Brasil quanto México como uma forma desses

Estados se interligarem a economia mundial. Entretanto, como dito, essa mesma “recomendação” serviu como uma forma do centro da economia-mundo acumular capital, manter a hierarquia interestatal e reproduzir a lógica sistêmica a seu favor.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ARYO, A. e JEROME, A. **Privatization in Africa: An Appraisal**. Great Britain: World Development, v. 27 (1). p. 201 – 213, 1999.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 2ª ed. São Paulo: Peres, 1994.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BLANCH, Heldelberto López. **Mexico, Privatizaciones energéticas**. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=5083>>. Acesso em: 05 out. 2008.

BNDES. **Relatório de Atividades do PND 2005**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/resposta.asp?setorTema=Privatiza%E7%E3o&offset=0>. Acesso em: 10 de agosto 2008.

BRASIL. Ipea. **Dados Macroeconômicos**. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)> Acesso em: 20 Out. 2008.

BRAUDEL, Fernand. *ESCRITOS SOBRE A HISTÓRIA; 2ª edição, Editora Perspectiva, São Paulo, 1992.*

\_\_\_\_\_. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995-96. 3v.

\_\_\_\_\_. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?**. Disponível em : <http://www.bresserpereira.org.br/papers.asp>. acesso em: jan.2007.

CHOMSKY, Noam. **The Passion for Free Markets**. *Z Magazine*, May 1997. Disponível em: <<http://www.chomsky.info/articles/199705--.htm>>. Acesso em: 25 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. **The Victors**. *Z Magazine*, Nov 1990; Jan 1991; Abril 1991. Disponível em: <<http://www.chomsky.info/articles/199011--.htm>>. Acesso em: 25 de agosto de 2008.

CORTÉS, Patricio. **La Estrategia para Privatizar PEMEX**. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=40770>>. Acesso em: 05 outubro 2008.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a Constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

ECHEVERRÍA V. Pedro. **Aeroméxico, sólo una privatización más para transnacionales**. 19 outubro, 2007. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=57864>. Acesso em: 25 de agosto de 2008.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo, Editora 34: 2004 p. 9-29.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930, historiografia e historia..** São Paulo: Brasiliense, 1976.

FEIJÓO, José Valenzuela. **Crítica del Modelo Neoliberal**. Colección América Latina. México: UNAM, 1991

FILOMENO, Felipe Amin. **Brasil e Argentina nos quadros da economia-mundo capitalista : dívida externa e política econômica (1870/1930)**. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado) – UFSC/CSE. Programa de Pós-Graduação em Economia.

FIORI, José Luis. **Conferência sobre O Consenso de Washington**. 1996. em [http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/consenso\\_w.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/consenso_w.htm). acesso em: 22 nov. 2006.

FERREIRA, A. C.; ALVIM, V. (org.). **A Trama da Privatização: A reestruturação neoliberal do Estado**. Florianópolis, Insular: 2001.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Artenova, 1997.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAMBLE, A. **Neo-Liberalism**. Capital and Class, 75. August 127 – 134, 2001.

GIAMBIAGI, Fabio e MOREIRA, Maurício M. **Políticas Neoliberais? Mas o que é Neoliberalismo?**. Revista do BNDES, v.7, n.13. Rio de Janeiro, BNDES, junho de 2000.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford, 1995.

LAGO, Luiz A. Correa do. **A retomada do crescimento e as distorções do milagre 1967 – 1973**. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso; cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica..** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARINI, Ruy Mauro; SADER, Emir. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MCMHESNEY, Robert W.. **Noam Chomsky and the Struggle Against Neoliberalism.** *Monthly Review*, New York, v. 50, n. 11, p.40-47, 04 abr. 1999.

MEXICO. Bando de Mexico. **Estadísticas.** Disponível em: <[www.banxico.org.mx](http://www.banxico.org.mx)>. Acesso em: 20 Out. 2008.

MODIANO, Eduardo. **A Privatização no Brasil:** Um balanço das privatizações nos anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/resposta.asp?setorTema=Privatiza%E7%E3o&offset=0>. Acesso em: 10 de agosto 2008.

OLIVA, Rocío C. Hernández. **Globalización y Privatización:** El sector público en México, 1982-1999. México: INAP, 2001.

OSUNA, Maximiliano Sbarbi. **Los peligros de la privatización de Petróleos Mexicanos.** Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=66417>>. Acesso em: 05 outubro 2008.

PÁRAMO, Jorge A. Chávez. Telmex, Sicartsa, Pemex y las privatizaciones. **Periodismo em Evolución.** México, 21 de abril 2008. Disponível em: [www.cambiodemichoacan.com.mx](http://www.cambiodemichoacan.com.mx). Acesso em: 18 de outubro 2008.

PÉREZ, José Rodríguez. Hablando de Privatizaciones. **El Periódico Del Mexico**, Ciudad Del Mexico, 05 maio 2006. Disponível em: [http://www.elperiodicodemexico.com/contenido\\_columnas.php?sec=Columnas-MercadosBursatiles](http://www.elperiodicodemexico.com/contenido_columnas.php?sec=Columnas-MercadosBursatiles). Acesso em: 15 de agosto de 2008

PINHEIRO, Armando Castelar. **A Experiência Brasileira de Privatização:** o que vem a seguir? Texto para discussão nº 87. Rio de Janeiro, BNDES, novembro de 2000.

SHIDLO, Gil. **Mito da Privatização na América Latina.** Universidade de Tel-Aviv. Disponível em: [http://www.tau.ac.il/eial/I\\_1/shidlo.htm](http://www.tau.ac.il/eial/I_1/shidlo.htm). Acesso em: jan.2007.

SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho:** movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

STEWART, Taimoon. Privatization in Debtor Economies: a conjunctural phenomenon in world capitalism. *Caribbean Dialogue*, 2(1) may/august 1-10, 1995.

TAVARES, Maria da Conceicao. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre economia brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Desindustrialización y crisis del neoliberalismo:** maquiladoras y telecomunicaciones. México: Plaza y Valdes, 2004.

VELASCO, Sebastião C. e CRUZ. **Trajetórias:** Capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: UNESP, 2007.

VELASCO Jr., Licínio. A Economia Política das Políticas Públicas: Fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/94. Texto para discussão nº 54. Rio de Janeiro, BNDES, abril de 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análise dos Sistemas Mundiais**. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. Teoria Social Hoje. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Capitalismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Impensar Las Ciencias Sociales**. 1ª edición en español. Mexico: Siglo xxi editores, 1998.

WILLIAMSON, John. **Did the Washington Consensus Fail?**. Washington DC. Institute for International Economics, 2002. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=488> acesso em: 23 nov. 2006.

\_\_\_\_\_. **The Washington Consensus as Policy Prescription for Development**. Washington DC. Institute for International Economics, 2004. Disponível em: [http://www.iie.com/publications/author\\_bio.cfm?author\\_id=15](http://www.iie.com/publications/author_bio.cfm?author_id=15) acesso em: 23 nov. 2006.

WORLD DEVELOPMENT. **World Development Indicators 2006**. Disponível em: CD Database.

YARROW, G. **A Theory of Privatization, or Why the Bureaucrats are Still in Business**. Great Britain: World Development, vol. 27 (1). p. 157 - 168, 1999.  
Fonte: <http://www.privatization.org/database/whatisprivatization.html> 31/07/08